

Informativo GETETE

n.3, v.1, março de 2025.



ISSN: 3085-5926



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia
Centro de Estudos em Desenvolvimento Econômico
Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais

Editor

Fernando César de Macedo

Editores Adjuntos

Railene de Souza Veloso

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento

Caio Cezar Fernandes da Silva

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes

Rodrigo de Albuquerque Marques

Estagiários

Adana Orlene Delgado da Silva

Fabício dos Santos Almeida

Ana Lígia Rodrigues (BAS/DEAPE/Unicamp)

Autores da Edição

Adana Silva

Brenda Neves

Caio Cezar Fernandes

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento

Fabício Almeida

Fernando Macedo

Guilherme Lopes

Ivan de Souza Soares

Leonardo Porto

Pedro Claesen Dutra Silva

Railene Veloso

Rodolfo Pelegrin

Rodrigo Marques

Silva Barros

Wendel Bezerra da Silva

Diagramação e design

Alessandro Freitas Mendes Júnior

Sumário

Editorial	5
Investigações Territoriais	7
EFABIP Pe. Josimo: construindo cidadania com educação do campo	7
Novas tramas no território: a expansão dos hidronegócios em Mato Grosso no contexto de reestruturação do setor elétrico brasileiro	13
Agenda de Pesquisa	22
Dinâmica urbano-regional do Semiárido Nordestino no século XXI	22
Encontros GETETE	26
Virginia Fernández	26
Com Rosângela Pequeno	31
Allan Cavazzotti e Bianca Farias	33
Zulene Muniz	36
Fernando Macedo e Rodrigo Marques	38
Iniciação à Pesquisa	40
Impactos da Permanência e da Pesquisa na Trajetória Acadêmica de alunos da UNICAMP vinculados ao GETETE.....	40
Parcerias Acadêmicas	44
Entrevista com Leonardo Porto	44
GETETE por aqui e acolá	53
Entre gados, cercas, eucaliptos e soja: relatos da pesquisa de campo no Tocantins	53
O Nordeste brasileiro no século XXI: Economia, geografia e cultura	69
Dicas de Leitura	72
Nordeste em prosa e cordel	72

Ceará amazônico de Mário de Andrade.....	74
Crônica Regional	77
Chove aqui, chove ali, não chove acolá	77
Charge	79
Referências	80

Editorial

É com muita alegria que chegamos a terceiro número deste informativo. O projeto vem se estruturando e adquirindo vida como um espaço de diálogo plural sobre as questões regionais.

Neste número a seção Investigações Territoriais traz dois textos que exploram a intercessão entre movimentos sociais e a questão educacional no campo, com o relato de Wendel Silva sobre a experiência da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo; e os impactos do processo de modernização do setor elétrico brasileiro e a luta pela água em Mato-Grosso no texto de Ivan Soares. Na Agenda de Pesquisa contamos com o texto de Carlos Eduardo, estudante de doutorado e membro do GETETE, expondo suas investigações sobre a dinâmica urbano-regional no semiárido nordestino nesse século. A diversidade de temas, problemas e recortes territoriais dão conta da complexidade das questões regionais no Brasil, bem como da preocupação do GETETE em expandir sua rede para além dos discursos da academia e pensar o Brasil a partir da periferia.

Nossos encontros quinzenais mantiveram a diversidade de temas, a começar pela homenagem a contribuição da mestra Maria da Conceição Tavares sobre a perspectiva de sua mulheridade. A professora Rosângela Pequeno (UFRN) detalhou as práticas consorciais, objeto de sua tese de doutorado. O Getete, fiel a sua preocupação de formar novos quadros acadêmicos, realizou um encontro especial para ouvir e aprender com Allan Cavazzotti (Unicamp) e Bianca Farias (UFPA), ambos alunos em iniciação científica. Também ouvimos a professora Zulene Muniz (UFMA) que muito nos ensinou sobre a Amazônia Maranhense com enorme profundidade teórica sobre o desenvolvimentismo articulando uma crítica a partir de múltiplas escalas. No último encontro de 2024, como já se tornou tradição no grupo, tivemos a oportunidade de pensar o regional a partir da literatura, desta vez com o livro Nordeste em Prosa e Cordel organizado por Fernando Macedo (Unicamp) e Rodrigo Marques (UECE). A obra também foi resenhada e consta na seção de dicas de leitura neste mesmo número, assim como o livro O Ceará Amazônico de Mário de Andrade, também de Rodrigo Marques.

Seguindo ainda a preocupação em integrar os alunos de graduação em nossas discussões, há um relato de Adana Silva e Fabrício Almeida sobre a importância das atividades que eles exercem no GETETE para sua permanência na Universidade. Esse relato foi apresentado no VII Congresso de Projetos de Apoio à Permanência dos Estudantes de Graduação da Unicamp (VII PAPE-G).

Leonardo Porto (UESC) foi o entrevistado do Informativo Getete (seção parcerias Acadêmicas). O economista destacou sua experiência profissional e sua visão sobre questões recentes ligadas ao desenvolvimento regional e urbano brasileiro.

Publicamos também o texto de Railene Veloso e Fernando Macedo que relatam sua pesquisa de campo no interior no Tocantins. Eles puderam presenciar e ouvir a população local e movimentos sociais acerca das transformações econômicas engendradas pelo avanço do agronegócio sobre seus territórios e os impactos na vida cotidiana.

O número finaliza com a crônica de Rodrigo Marques e a arte de Silva Barros.

Boa leitura!

Investigações Territoriais

EFABIP Pe. Josimo: construindo cidadania com educação do campo.



Wendel Bezerra da Silva

Bacharel em Engenharia Agrônoma pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO Campus Araguatins), Licenciado em Docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES Campus Colatina), Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES Campus Colatina), Coordenador do Curso Técnico em Agroecologia da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo (EFABIP Pe. Josimo) Esperantina-TO. wendelsilva2023@professor.to.gov.br

A Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo é uma escola do campo, localizada no município de Esperantina – TO, que fica na mesorregião do Bico do Papagaio – extremo norte do Estado do Tocantins – formada por 12 municípios. A região é predominantemente rural, com muitos assentamentos e propriedades rurais. A vegetação local é de transição entre Cerrado e Floresta Amazônica, apresentando espécies características dos dois biomas, dentre as quais se destaca a palmeira do coco babaçu (*Attalea speciosa*) que é uma importante fonte de renda para os pequenos agricultores familiares. Trata-se de uma região rica em biodiversidade e em recursos hídricos.

A EFABIP Pe. Josimo é fruto da luta dos camponeses da região e dos movimentos sociais ligados ao campo por uma escola que trabalhasse a perspectiva da Educação do Campo, ou seja, um modelo de educação que fosse voltado para a realidade dos filhos e filhas dos pequenos agricultores. Por muitos anos a classe trabalhadora enfrentou diversas batalhas pela conquista de seus territórios, uma vez que a pressão do latifúndio era constante. Esses conflitos culminaram no assassinato, em 1986, do Padre Josimo Tavares, que foi um mártir da luta pelos direitos dos pequenos trabalhadores rurais e um dos idealizadores da escola.

Após várias reuniões e discussões sobre a criação da EFABIP Pe. Josimo foi

decidido que a escola seria construída em uma área comunitária do P.A Mulatos, no município de Esperantina – TO. Em 2012, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA a estrutura física da escola foi finalizada, porém, por questões políticas regionais a escola não foi inaugurada. Somente no ano de 2016 a EFABIP Pe. Josimo teve sua inauguração, com a presença de representantes dos movimentos sociais, políticos e sociedade em geral. A modalidade de ensino escolhida para ser trabalhada na escola foi a Pedagogia da Alternância, na qual os estudantes passariam uma semana na escola e outra semana em suas comunidades. Essa modalidade de ensino preconiza que o processo de construção do conhecimento é descentralizado, onde o estudante é protagonista e pode aprender em diferentes espaços e tempos. Os agricultores e movimentos sociais decidiram que a escola ofertaria o Curso Técnico em Agroecologia, por representar um modelo de agricultura que fosse voltado para a realidade da pequena agricultura familiar da região. Então são atendidos estudantes dos anos finais do ensino fundamental (7º, 8º e 9º anos) e ensino médio integrado ao curso técnico em agroecologia.

Sob a perspectiva da Pedagogia da Alternância os estudantes podem aprender técnicas e práticas agroecológicas na escola (tempo escola) e aplicar as mesmas em suas comunidades/propriedades (tempo comunidade). Dessa maneira o processo de aprendizagem se torna muito mais eficiente. Outro diferencial é a participação da família, que tem como atribuição o acompanhamento e relato dessas atividades realizadas na propriedade, ou seja, são vários atores que cooperam para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

A EFABIP Pe. Josimo prioriza a formação integral de seus estudantes, onde, através das mediações pedagógicas próprias da Pedagogia da Alternância, os estudantes são avaliados não somente pelos conhecimentos adquiridos em sala de aula, mas também pela participação efetiva nas ações desenvolvidas na escola/comunidade, convivência, comportamento e respeito às regras da instituição. Vale ressaltar que são os próprios estudantes os responsáveis pela limpeza das salas de aula, quartos, refeitório e manutenção dos setores demonstrativos de produção.

Na escola existem diferentes unidades demonstrativas de produção, sendo elas:

horticultura agroecológica, SAFs, agrofloresta, viveiro de mudas, apicultura, meliponicultura, coturnicultura, avicultura de postura, ovinocultura, bovinocultura e suinocultura. Em todos esses setores são trabalhadas práticas agroecológicas de produção por meio de aulas práticas com acompanhamento dos professores de agrárias e técnicos da escola.

Toda estrutura física da escola é patrimônio da prefeitura municipal de Esperantina -TO, porém, foi assinado termo de concessão com o governo do estado do Tocantins, o qual é responsável pelo pagamento dos proventos de todos os servidores da unidade escolar, assim como dos recursos de gestão e alimentação escolar. A EFABIP Pe. Josimo conta com um ônibus próprio para o deslocamento dos estudantes, que é feito toda segunda-feira. A rota inicia na cidade de São Miguel do Tocantins, próximo à divisa com o estado do Maranhão, e finaliza na cidade de Esperantina – TO, percorrendo um total de quase 350 km (ida e volta).

Sobre a rotina semanal da escola, os estudantes chegam na segunda-feira por volta das 12h e 13h30min inicia-se o acolhimento deles, com a participação dos professores e demais servidores. Nesse momento são repassados os informes semanais, lido os acordos de convivência e ocorre também a socialização das avaliações da semana anterior, onde os estudantes e professores apontam os pontos negativos e positivos daquela semana. Logo após é realizado o acompanhamento personalizado. Trata-se de uma das mediações pedagógicas da Pedagogia da Alternância, onde cada professor é responsável por acompanhar alguns estudantes durante todo o ano letivo. Nesse momento o estudante mostra ao professor responsável seu relato das atividades semanais em sua comunidade através do caderno de acompanhamento. Neste caderno também constará o relato dos pais ou responsáveis sobre o desenvolvimento do estudante em casa. Após o acompanhamento personalizado, inicia-se as aulas da semana. Vale ressaltar que duas vezes durante o ano letivo os professores responsáveis visitam as comunidades de seus estudantes, como parte das mediações pedagógicas. Durante essas visitas os professores podem vivenciar a realidade dos estudantes, verificar o desenvolvimento das práticas agroecológicas na propriedade e conversar com a família.

Pelo fato de ser modalidade alternância, os estudantes da EFABIP Pe. Josimo têm aulas durante os três turnos (iniciando às 7h da manhã e estendendo-se até 22 h

da noite), onde são ministradas aulas teóricas da formação geral básica, assim como aulas teóricas e práticas das componentes curriculares específicas do curso técnico em agroecologia. Em relação à alimentação escolar, os estudantes dispõem de cinco refeições diárias, sendo elas o café da manhã, almoço, lanche da tarde, janta e ceia da noite. Uma prática rotineira na escola é a oração antes das refeições, quando todos os estudantes e servidores se colocam em círculo para fazer a oração do Pai Nosso. É um momento de reflexão e mística, em que todos podem entrar em comunhão, sendo respeitados todos os credos e religiões.

As regras de convivência da escola estão contidas no regulamento interno da EFABIP Pe. Josimo. Essas regras são lidas logo na primeira semana de aula para conhecimento de todos, tanto pais quanto estudantes e servidores, em que se lê o regulamento e explica-se o porquê de cada regra. Por ser uma escola que trabalha a alternância, essas regras de convivência propiciam um ambiente agradável e seguro para todos. Entre as principais regras está o respeito aos horários de recolhimento aos quartos, horário de despertar e horário de aulas, que devem ser seguidos pontualmente. Outra regra importante é a proibição de alimentos industrializados trazidos de fora do ambiente escolar, por apresentar um risco à saúde dos estudantes, sendo também proibida a permanência de estudantes nos dormitórios destinados ao do sexo oposto.

Em relação à estrutura física, a EFABIP Pe. Josimo conta com quatro salas de aula, cada uma equipada com TV de 65” e ar-condicionado, com capacidade para até 40 estudantes. Conta também com uma biblioteca com acervo de livros formação geral básica, diversas literaturas e livros específicos do curso técnico em agroecologia. Há ainda um laboratório de química, física e biologia, quatro dormitórios masculinos com beliches e quatro dormitórios femininos com beliches, além de duas lavanderias e banheiros masculino e feminino. Conta ainda com um bloco administrativo, com sala dos professores, coordenação e secretaria. Além disso, há a cozinha e um galpão para os veículos da escola.

Durante o ano letivo a EFABIP Pe. Josimo desenvolve muitos eventos que envolvem a comunidade escolar e comunidade em geral, como, por exemplo, os encontros de formação da família, que é realizado duas vezes no ano. Neste evento, os pais dos

estudantes comparecem à escola e passam dois dias vivenciando a rotina de seus filhos, participam de palestras e oficinas voltadas à área de formação do Curso Técnico em Agroecologia. É um momento muito rico em troca de conhecimentos e experiências. Durante o evento, os pais podem conversar com os professores responsáveis pelos seus filhos e acompanhar o desenvolvimento deles no ambiente escolar. Outro importante evento realizado pela escola é a amostra de ciências, onde são convidados estudantes de outras escolas, assim como dos institutos federais, agricultores e comunidade em geral, para participar desse evento que reúne diversas experiências desenvolvidas pelos estudantes em diferentes áreas.

Um evento cultural muito importante para EFABIP Pe. Josimo é a festa junina, que é realizada todos os anos e já virou uma tradição local. Neste evento são apresentadas danças de diferentes quadrilhas juninas da região e também dos estudantes do ensino médio e ensino fundamental da escola, são comercializadas comidas típicas regionais e realizadas apresentações referentes ao tema.

Em relação ao Curso Técnico em Agroecologia, é realizada no segundo semestre a Jornada Agroecológica, que é um evento de dois a três dias, com participação de diferentes órgãos ligados ao campo, movimentos sociais, comunidades tradicionais, ONG's, agricultores familiares e comunidade em geral, que participam de uma programação repleta de palestras, oficinas, mesas redondas e experiências práticas sobre o tema da agroecologia, educação do campo e pedagogia da alternância.

Em dois momentos do ano, as turmas de ensino fundamental e ensino médio são reunidas para uma semana de integração e esportes chamada de Olimpefa. Neste evento os estudantes formam equipes que participam de gincanas pedagógicas e atividades esportivas.

Os servidores da EFABIP Pe. Josimo são mantidos pelo governo do estado do Tocantins e são, em sua maioria, contratados temporariamente, o que configura como um dos desafios da manutenção dos trabalhos da escola, pois, não há, por parte dos contratos, estabilidade necessária para o desenvolvimento de um planejamento a longo prazo, ficando os cargos à mercê de alianças políticas. Há necessidade de concurso público para as EFA's de maneira geral, tanto para a formação geral básica quanto para os

cursos técnicos. Outro desafio enfrentado pela EFABIP Pe. Josimo é a pouca participação dos movimentos sociais e associação no cotidiano da escola, uma vez que essas organizações não estão articuladas e fortalecidas nos últimos anos. A participação desses atores é de extrema importância para o fortalecimento e legitimação tanto da educação do campo como da agroecologia na escola. A captação de estudantes para formação de turmas – principalmente do ensino fundamental – todo início de ano letivo também é uma grande dificuldade, tendo a necessidade de, por vezes, os próprios professores irem às comunidades fazer o convite aos pais e jovens, evidenciando a falta de suporte das associações e movimentos sociais do campo na seleção de estudantes com perfil desejado pela escola. Por fim, um dos maiores gargalos enfrentados pela EFABIP Pe. Josimo, atualmente, é a falta de mais salas de aula, pois, existe uma procura crescente por matrículas no ensino médio integrado ao Curso Técnico em Agroecologia da escola e, pela limitação de salas de aula, a escola deixa de aumentar seu número de estudantes.

Durante sua trajetória de oitos anos de funcionamento, a EFABIP Pe. Josimo conquistou reconhecimento como uma escola de referência na educação do campo, pedagogia da alternância e agroecologia na região do Bico do Papagaio, sendo agraciada no ano de 2023 com o 1º e 2º lugar no Prêmio “Escola que Transforma”, ofertado pela Secretaria de Educação do Estado do Tocantins e o 3º lugar do mesmo prêmio no ano de 2024. A EFABIP Pe. Josimo já conseguiu acessar diversos projetos de sustentabilidade através de sua associação de apoio em diferentes editais. Teve como conquista o ingresso de vários de seus estudantes em universidades e institutos federais, assim como a efetivação da sucessão rural em alguns casos.

Dessa maneira, acreditando na educação do campo, na pedagogia da alternância e na agroecologia, a EFABIP Pe. Josimo segue resistindo e lutando pelas causas dos pequenos trabalhadores rurais da região. As dificuldades e desafios servirão de motivação para a superação dos mesmos e fortalecimento dos movimentos sociais ligados ao campo, da agroecologia como mudança de vida e perspectiva para os jovens agricultores familiares da região do Bico do Papagaio, levando consigo a memória daqueles que resistiram e lutaram por uma educação libertadora e voltada para a realidade camponesa.

Novas tramas no território: A expansão dos hidronegócios em Mato Grosso no contexto de reestruturação do setor elétrico brasileiro.



Ivan de Sousa Soares

Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG-UNICAMP), Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Desenvolvimento e Gestão do Território” - DEGET e docente lotado na Faculdade de Ciências Humanas e Linguagens- FACHLIN da Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT, Campus de Sinop.

O texto discute, de modo breve, a mudança do setor elétrico brasileiro no período de 1908 a 2022, enveredando pela leitura do papel do neoliberalismo na reestruturação desse setor e enfocando os aspectos do uso do território e os engendramentos desses processos na exploração de novos potenciais hidrelétricos no estado de Mato Grosso.

O setor elétrico brasileiro e o uso do território: um percurso de apropriação dos recursos territoriais

No processo de integração e modernização do território, a cristalização das infraestruturas do setor elétrico brasileiro, em suas diferentes funções (geração, distribuição e comercialização), cumpre papel imperioso diante dos distintos padrões de reprodução do capital, mormente por conta da imposição de novos padrões de consumo energético. Assim, abre a possibilidade de exploração desse mercado por diferentes agentes econômicos, como ocorreu mais avidamente nas últimas três décadas.

Dito desse modo, não se deve negligenciar o fato de que esse setor passou por diferentes processos, ora como promissor mercado com investidas de capitais externos, em um contexto de parca regulamentação do Estado brasileiro, ora com a emergência das grandes obras com a centralização do Estado no período militar e até mesmo no período neoliberal, com o incrustar das políticas estruturais que balizam a relação público-privada, ou melhor, a parceria Estado-capital, classificadas por Werner (2018) de

“rodadas de neoliberalização do setor”.

Com a periodização dos processos correlacionados ao setor elétrico brasileiro, as políticas setoriais do Estado incidem sobre o território, na medida em que envolvem novos processos friccionais, nos quais parcelas dos recursos territoriais e/ou potenciais de geração hidrelétrica são disputados no processo de acumulação de capital.

O suscitado do setor elétrico brasileiro está amalgamado à densificação urbano-regional da região concentrada e relacionado aos primeiros lampejos da indústria nacional. Por tratar-se de uma condição vinculada, em um primeiro momento, à industrialização nacional, as infraestruturas desse setor circunscreviam-se aos arredores dos principais centros urbanos. Conforme Branco (1975), a construção da Usina Hidrelétrica de Marmelos, em Juiz de Fora-MG, com potência outorgada de 4 Mw, em 1889, figura como signo da modernização do território e da vida urbana.

As primeiras duas décadas do século XX foram marcadas pela presença de pequenos projetos de geração hidrelétrica, com incipiente conexão com a logística de distribuição, o que favoreceu o empreendimento de novas iniciativas de geração, dessa maneira, fertilizando o caminho para a entrada de grupos internacionais para a exploração dos mananciais de potenciais hidrelétricos. Nesse sentido, as empresas Bond and Share, com aguda atuação no estado de São Paulo, e Light and Power, com atuação no Rio de Janeiro, encontraram uma ambiência favorável para a exploração desses mananciais nesse período.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2022), no intervalo de 1908 a 1930, caracterizado como período experimental de expansão das infraestruturas do setor, houve um incremento de 1397 Mw de potência outorgada, oriunda de 76 empreendimentos de geração hidrelétrica.

Cabe destacar que esse período se caracteriza pela inexistência de marcos regulatórios para a produção hidrelétrica. Com os primeiros lampejos da industrialização da região concentrada, segundo Leite (1997), o ano de 1915 representou um importante marco temporal para o setor, na medida em que se iniciou a importação de equipamentos industriais, os quais indicavam a mudança do perfil de consumo energético dessa atividade produtiva no Brasil.

Nesse íterim, a dependência do carvão mineral inglês, no contexto da Primeira Guerra Mundial, indicava a necessidade de constituição de estruturas para suprir a nova demanda energética das primeiras manifestações da indústria nacional. Nesse novo “fio” para a exploração dos potenciais hidrelétricos, as grandes empresas contavam com importantes aportes financeiros dos seus países de origem, contando com menores juros para a abertura de suas subsidiárias.

Posteriormente, de 1931 a 1953, o setor elétrico brasileiro passou por mudanças substanciais no que diz respeito ao espraio de suas infraestruturas, assim como nos processos atinentes ao protagonismo do Estado no disciplinamento e na dinamização dessa atividade no país. Marcadamente, nesse período, vigorou uma série de medidas para a regulamentação do setor por conta da mudança do perfil de consumo energético que o país assume e pela necessidade de criação de marcos legais que pudessem garantir a mínima proteção dos recursos territoriais frente aos oligopólios formados pelas empresas internacionais aludidas.

Segundo dados da ANEEL (2022), durante esse período, houve um incremento de 117 empreendimentos de geração hidrelétrica, com um montante de potência outorgada de 985 Mw. Em termos de potência instalada, por outro lado, houve um decréscimo de 29% em relação ao período anterior. O descrito período se configura pela centralidade do Estado na formação da indústria de base, entretanto, somente em 1934, com a instituição do Código de Água, fortalece-se o sistema de disciplinamento sobre a apropriação dos recursos territoriais para a geração energética.

Somente no final do período, caracterizado pela centralidade estatal na industrialização pesada no Brasil, como indicativo do padrão do consumo, houve a constituição de importantes infraestruturas do setor, por exemplo, a construção da Usina de Fontes Novas no Complexo de Lages, no município de Pirai-RJ.

Embora tenha sido caracterizado por um número reduzido em termos de potência instalada, o final do período de 1931 a 1953 marca um evidente conflito de interesses entre as empresas privadas, já estabelecidas desde as primeiras duas décadas do século XX, e o Estado, em seu protagonismo de implementação da indústria pesada. Isso denota, portanto, uma disputa acerca do controle dos recursos territoriais para produ-

ção hidrelétrica, assim como de outras etapas da cadeia de energia elétrica. Ao lado do aparato regulatório irrisório, esse período indica um cenário pouco propício para o setor elétrico, em razão das conjunturas das Guerras Mundiais, dessa maneira, dificultando a importação de maquinarias pesadas.

O período de 1954 a 1976, por sua vez, denota-se de extrema relevância para o setor elétrico brasileiro, pois padroniza-se, nesse momento, a construção de megaeletruturas de geração hidrelétrica com as grandes hidrelétricas brasileiras. Desse modo, erige-se o protagonismo estatal na construção desses empreendimentos, por intermédio da criação de diferentes empresas públicas (federais e estaduais) para a efetivação de domínio de novos mananciais de geração. Diante disso, indica-se o quão essencial foi esse período para a hipertrofia do setor.

Nesse ínterim, o setor elétrico brasileiro modificou-se substancialmente, em razão da abrupta mudança dos padrões de consumo advindos da atividade industrial no país e da necessidade por parte do Estado de integrar espaços da hinterlândia brasileira às dinâmicas da região concentrada.

Dessa maneira, segundo dados da ANEEL (2022), no descrito intervalo, houve um incremento energético de 159 empreendimentos de geração hidrelétrica, com um montante de potência outorgada de 17.926 Mw, representando um acréscimo de 1.719% em relação ao período anterior.

Nesse período, que poder-se-ia chamar de “hipertrofia” do setor elétrico brasileiro, com importante atuação das empresas estatais (federais e estaduais), alguns empreendimentos refletem o novo dimensionamento do potencial de produção elétrica. A construção da primeira etapa do complexo Usina Paulo Afonso, em 1955, com potência outorgada de 180 Mw, é emblemática dessa nova dinâmica, uma vez que foi possível, em anos posteriores, o incremento de mais cinco empreendimentos no Rio São Francisco, somando uma potência total de 4.279,6 Mw.

Do mesmo modo, com a criação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), em 1952, a construção da Usina Hidrelétrica de Peixoto, posta em operação em 1957, durante o governo Juscelino Kubitschek, é um importante indicativo do poderio estatal no domínio dos potenciais hidrelétricos.

Nesse período, em função da necessidade estatal de ampliação da fronteira e, portanto, de integração do território às dinâmicas da mundialização do capital, o território amazônico entrou no radar do setor, culminando, mais adiante, na constituição de infraestruturas hidrelétricas para atendimento das atividades eletrointensivas da mineração, como o Projeto Grande Carajás.

Uma importante mudança organizacional do setor e, por conseguinte, de instituição de outra ambiência de regulação, na mesma ossatura institucional de criação da Eletrobrás, foi a criação do Fundo Federal de Eletrificação, em 1972, estabelecido com o propósito de dotar as atividades do setor de maior conteúdo regulatório e de planejamento, tendo em vista as crises ocorridas no período anterior, marcado pela rarefação de marcos regulatórios capazes de disciplinar os grandes oligopólios.

Como continuidade do período anterior, caracterizado pela hipertrofia do setor e pela centralidade estatal no domínio dos mananciais, o final do período de 1977 a 1999 já demonstrava algumas fragilidades, seja em razão da obsolescência que acompanhava as infraestruturas desse macrossistema técnico, seja pela sua integração deficitária, culminando em 1998 com a criação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse processo é representativo da crise estatal acumulada no período ditatorial, mormente em razão das dívidas contraídas no mercado internacional, notadamente via vultosos empréstimos com a captação de petrodólares (Rosa, 2001).

Como período que simboliza o espraiamento da produção hidrelétrica no território amazônico, houve um incremento de 191 empreendimentos de geração, com um total outorgado de 45.217 Mw de potência. Nesse sentido, em consonância com as políticas de construção de grandes usinas hidrelétricas exaradas durante os governos militares, sobretudo para o atendimento da crescente demanda dos grandes consumidores do setor mineral na região amazônica, houve um processo de estabelecimento de novas fronteiras de exploração dos recursos territoriais. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é o maior exemplo dessa dinâmica de adensamento da integração do território.

Rodadas de neoliberalização do setor e novos eldorados da exploração de quilowatts: Mato Grosso no filão de exploração de novas fontes.

O período neoliberal, corporificado pela condição das crises de apagões no sistema nos dois primeiros anos da década de 2000, trouxe novos elementos para o setor elétrico brasileiro, motivados pela hipertrofia do setor: proporcional endividamento estatal e consequente crise dos Estados nas últimas décadas do século XX.

Iniciou-se, então, como ocorreu em outros setores produtivos de domínio estatal, o disciplinamento do setor, em prol dos “novos dialetos” ecoados pela cartilha neoliberal, propiciando diferentes capítulos de espoliação do poder estatal sobre o setor, culminando nas “rodadas de neoliberalização do setor” (Becker, 2019). Cabe destacar que esse processo no setor elétrico brasileiro se deu a conta-gotas, abrindo gradativamente para diferentes agentes econômicos a possibilidade de exploração dos potenciais hidrelétricos já inventariados.

Para tanto, a criação de agências reguladoras como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 1996, foi de suma importância como mecanismo de amplificação das políticas neoliberais do setor. Destarte, caracteriza-se como importante instituição na mediação entre capital e Estado na exploração de novas bacias hidrográficas para produção energética, condição na qual emergem as chamadas parcerias público-privadas e até mesmo a figura jurídica do “produtor independente de energia”, no caso dos empreendimentos do tipo Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Central Geradora Hidrelétrica (CGH).

Com a abertura do mercado de energia ensejada no interior da reestruturação do setor elétrico, abrem-se grandes filões para a exploração dos potenciais hidrelétricos, tanto nos leitos principais das grandes bacias, quanto nos rios com menores vazões, nos quais é possível a implementação de empreendimentos do tipo CGH (geração até 5 Mw) e PCH (geração até 30 Mw).

Outra característica dessa reestruturação diz respeito ao encrustamento da financeirização como padrão sistêmico que ancora as dinâmicas do setor. Em termos dos desdobramentos da reestruturação no estado de Mato Grosso, pode-se apontar, pelo menos, três eixos de densificação dessas infraestruturas de geração hidrelétrica, a saber: a usina do Manso no município de Chapada dos Guimarães, a formação do

Complexo Teles Pires na bacia homônima e a cadeia de PCHs e CGHs na Bacia do Juruena-Arinos.

A Usina do Manso, posta em funcionamento em 2000, ocupa papel central na abertura de novas fronteiras para exploração dos recursos hídricos para a geração energética, uma vez que, por sua característica de adoção da parceria público-privada, emerge como importante “ponta de lança” para as ulteriores dinâmicas de expansão desses empreendimentos em Mato Grosso.

Preservando os aspectos expropriatórios dos grandes projetos do período militar, a construção da Usina do Manso e posterior enchimento de seu reservatório atingiu populações camponesas, pescadores e populações extrativistas. Segundo dados do Atlas de Injustiça Ambiental (Fiocruz, 2023), durante os processos atinentes ao licenciamento do empreendimento, constatou-se uma série de irregularidades e falta de transparência com as comunidades atingidas.

Como indicativo da relação estreita do modelo de parceria público-privada, assim como a participação de setores do capital financeiro, a Usina do Manso torna-se representativa desses processos, pois atualmente a composição acionária do empreendimento inclui Furnas (45%) e Consórcio Produtores Energéticos de Manso S/A (PRO-MAN) (55%).

Cabe indicar que o consórcio PROMAN é formado por 3 principais acionistas investidores: a) Fundação de Assistência e Previdência Social (FAPES) do BNDES; b) Real Grandeza, empresa com participação no mercado de fundos de pensão, assistência em saúde e diferentes operações no mercado financeiro; c) ACESITA-ACEPREV, com atuação no mercado de previdência privada, fundos de pensão e serviços de créditos.

Dentre as iniciativas indicadas, o Complexo Hidrelétrico Teles Pires possui os empreendimentos mais recentes de geração hidrelétrica, uma vez que os estudos de impactos ambientais na região foram iniciados entre os anos de 2010 e 2013. Nesse sentido, atualmente o complexo é composto por quatro empreendimentos: UHE Sinop (401,88 Mw), UHE Colider (125 Mw), UHE Teles Pires (1.820 Mw) e UHE São Manoel (735 Mw). Todas as obras estão vinculadas à política do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dessa maneira, compondo novos processos das rodadas de neoli-

beralização do setor.

Em suma, esses empreendimentos têm mantido as velhas práticas de expropriação de populações camponesas e indígenas, como ocorreu nos grandes projetos dos governos militares, indicando também importantes arenas de mobilização das populações atingidas. O coletivo Fórum Teles Pires, por exemplo, formado pelo Movimento dos Atingidos Por Barragens – MT, por professores universitários e entidades do movimento indígena da região do baixo Teles Pires (Mudurukus, Apiakas), tem sido fundamental em todo o processo de instalação desses empreendimentos, pois, juntamente com o Ministério Público (Federal e Estadual), tem encontrado uma série de irregularidades, relacionadas ao licenciamento dos empreendimentos, à mortandade de peixes no período de enchimento dos reservatórios e à negociação sobre o preço das indenizações destinadas às famílias atingidas.

Em termos do encrustar do modelo da financeirização, os empreendimentos UHE Teles Pires e UHE São Manoel possuem, em suas composições acionárias, a participação de importantes fundos financeiros, dentre os quais pode-se mencionar: BlackRock, Norges Bank, Qatar Investment Authority e Cingapura Investment Corporation (GIC). Assim, o padrão da financeirização tem sido o “espírito” da relação estabelecida pela parceria público-privada, tanto no processo de transformação dos recursos territoriais em ativos, quanto como estratégia de empenho do fundo público, via acesso às linhas de financiamento do BNDES para construção dos empreendimentos.

Na Bacia Juruena-Arinos, predominam os empreendimentos dos tipos PCH e CGH, nos quais diferentes agentes econômicos têm participado da exploração dos potenciais de geração hidrelétrica. Desse modo, consórcios formados por diferentes empresas de fundos de pensões, assim como grupos tradicionais da agricultura empresarial, têm expandido os empreendimentos, corroborando, por conseguinte, os processos mais amplos da neoliberalização do setor, por meio das concessões.

Nessa esteira, cabe destacar o domínio das sub-bacias da região por importantes grupos da agricultura empresarial brasileira, dentre os quais pode-se mencionar a Bom Futuro e AMAGGI, que contam com PCHs e CGHs na Bacia do Juruena-Arinos, além do encaminhamento da construção de dois grandes projetos de usina no modelo UHE.

Diante desses episódios de despossessão, vale ressaltar que, atualmente, a descrita Bacia, que tem a sua maior cota altimétrica nas Chapadas dos Parecis, importante área de expansão da fronteira agrícola, conta com a maior parte de terras indígenas do estado de Mato Grosso. A expansão em “cascata” desses empreendimentos tem trazido diferentes impactos sobre essas populações, desde a mudança na ictiofauna, promovendo mudanças nos sistemas alimentares, até mudanças em seus rituais relacionados à dinâmica hídrica da região.

Indica-se, portanto, que as políticas operadas no início da década de 2000 e continuadas nos anos ulteriores, por exemplo, no PAC, ampliaram as condições de acumulação de capital, processo no qual água e energia transmutam-se em dinheiro global sob o padrão da financeirização.

Agenda de Pesquisa

Dinâmica urbano-regional do Semiárido Nordestino no século XXI



Carlos Eduardo Pereira do Nascimento

Doutorando em Desenvolvimento Econômico (CEDE/IE/Unicamp). Mestre (PPECO/UFRN) e Bacharel (URCA) em Economia. Pesquisador do Grupo de Estudos das Transformações Territoriais e Econômicas e Territoriais (GETETE).

A região semiárida brasileira, formalmente instituída em 1989¹ sob a supervisão da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), abrange 11 unidades federativas – nove estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo – e 1.477 municípios, com sua delimitação mais recente estabelecida em 2021². Seu principal mecanismo de financiamento é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que, por meio de instituições financeiras regionais como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), tem sido um dos pilares das políticas de desenvolvimento regional, oferecendo crédito para impulsionar atividades produtivas e infraestrutura (Brasil, 1989).

Do ponto de vista ambiental, o Semiárido é composto por dois biomas principais: a Caatinga e o Cerrado. A Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, predomina no Nordeste – com exceção do Maranhão – e em partes de Minas Gerais. Seu nome, derivado do Tupi-Guarani, significa ‘Mata Branca’, uma referência à aparência esbranquiçada que a vegetação assume durante a estação seca, quando as plantas perdem suas folhas como mecanismo de adaptação à alta transpiração. Essa característica confere ao bioma uma paisagem única e resiliente, além de abrigar uma rica biodiversidade e uma diversidade paleontológica e geológica significativa (Carvalho, 2023; Silva; Leal;

1 Lei Federal nº 7.827 de 27 de setembro de 1989;

2 Foram realizadas quatro delimitações – 1989, 2005, 2017 e 2021 – seguindo sempre os mesmos critérios, com intervalos de pelo menos dez anos, a exceção do último que ocorreu em quatro anos, mas que já constava nas proposições de delimitação. Para mais detalhes, ver resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel) nº 150 de 2021, nº 155 e 163 de 2022 e nº 176 de 2024.

Tabarelli, 2017). A Caatinga, portanto, não só é um ecossistema singular, mas também desempenha um papel crucial na resistência às adversidades climáticas e na manutenção da biodiversidade regional.

No cenário nacional, o Semiárido tem sido alvo de estudos e políticas de desenvolvimento devido às suas condições climáticas peculiares e aos desafios socioeconômicos persistentes. Ao longo das últimas décadas, a região passou por transformações significativas, tanto em sua configuração territorial quanto em sua dinâmica socioeconômica. A interação entre fatores naturais e humanos moldou sua trajetória, com mudanças econômicas e políticas, especialmente a partir do final do século XX, redefinindo o papel das cidades e a organização espacial da região. Processos como a desconcentração produtiva, a implementação de políticas de desenvolvimento regional e os efeitos do neoliberalismo influenciaram profundamente a dinâmica urbano-regional do Semiárido.

No século XXI, a macrorregião Nordeste, em especial o Semiárido, experimentou transformações marcantes, impulsionadas pela recuperação econômica do país a partir de 2003, caracterizada por um crescimento com inclusão social (Araújo, 2017). A atuação de organizações civis, como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)³, também foi fundamental na promoção de lutas sociais e no fortalecimento de políticas públicas (ASA, 2024). Além disso, fatores como a maior integração à economia nacional, o aumento dos investimentos públicos e a implementação de políticas sociais e de transferência de renda – como o Programa Bolsa Família, a valorização do salário-mínimo e o Pronaf – contribuíram para melhorias significativas na qualidade de vida da população. O chamado ‘efeito China’, com o boom das commodities, e a expansão do mercado consumidor também desempenharam papéis importantes nesse processo (Alves, 2017; Araújo, 2017; BNB, 2014; Carvalho, 2014; Porto, 2023).

Os investimentos públicos foram cruciais para conter o saldo migratório negativo no Nordeste, especialmente no Semiárido, como destacam Fusco (2014) e Nunes, Silva e Queiroz (2017). Nesse contexto, as cidades médias emergiram como atores fundamentais, atuando como polos de atração e fixação populacional (Alves, 2017). A

3 Criada em 1999, mas com articulações iniciadas já em 1992, a ASA reúne mais de 3 mil movimentos sociais, sindicatos, ONGs, associações e coletivos locais e regionais, participando ativamente da construção de cisternas e na e criação do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC).

região vivenciou um intenso processo de urbanização, consolidando uma rede urbana mais articulada e dinâmica, impulsionada pela interiorização dos processos produtivos. A expansão do ensino superior, o fomento à indústria de transformação e o avanço das fronteiras agrícolas e de mineração foram elementos-chave nessa transformação, conferindo ao Semiárido uma dinâmica econômica e urbano-regional mais robusta (Porto, 2023).

A distribuição demográfica da região também reflete sua importância. Segundo dados preliminares do Censo Demográfico de 2022, mais de 50% da população do Nordeste vive no Semiárido, superando a porção litorânea (IBGE, 2022). Esse dado destaca a relevância da região no contexto nacional e a necessidade de políticas que atendam às suas especificidades.

Destaque para as cidades médias – e pequenas – que despontaram como centros regionais, mais atrativas, contudo, com poucas relações horizontais, denotando uma incipiente articulação intrarregional, suscitando políticas de desenvolvimento regional que permitam o fortalecimento dessas cidades enquanto polos de desenvolvimento. Além disso, a polarização exercida por cidades-polo sobre suas áreas de influência muitas vezes resulta em uma drenagem exacerbada de recursos, sem a devida reciprocidade, salientando a tese de Alves (2017) ao concluir que a rede de cidades do Semiárido Nordeste apresenta-se concentrada, polarizada e fragmentada, ou seja, os principais centros urbanos desta região “[...] são concentradoras de ativos, polarizadoras de pequenos núcleos e fragmentadas no bojo de suas relações sociais e econômicas” (p. 228), privilegiando muitas as relações com cidades de fora do Semiárido.

No entanto, cabe frisar que existem diversos exemplos de dinamismo econômico e urbano no Semiárido; cidades que desempenham papéis importantes na rede urbana semiárida, mas que ainda não conseguem articular e fortalecer a cooperação e a complementação produtiva intrarregional. Um ponto interessante está no papel das cidades pequenas. Endlich (2006) destacou o papel destas cidades na absorção de atividades complementares das cidades médias, mas que, geralmente, ficam à margem do planejamento urbano e regional, o que pode justificar a predominância dos fluxos heterárquicos e inter-regionais superiores aos intrarregionais.

Alves (2017) ressalta a importância das cidades pequenas e sugere que muitos dos desafios enfrentados pelas cidades médias podem estar intrinsecamente ligados às relações entre esses dois tipos de centros urbanos. Portanto, buscando alternativas para superar os desafios urbanos, sobretudo, nos espaços não metropolitanos, é fundamental considerar essa interação de forma integrada, não apenas sob a perspectiva da dinâmica intraurbana das cidades médias, mas também a partir das relações que estas estabelecem com os pequenos centros. Essa abordagem mais ampla permite compreender como as conexões e interdependências entre cidades de diferentes dimensões podem influenciar o desenvolvimento regional.

Em síntese, a rede urbana do Semiárido Nordeste no século XXI revela um cenário de transformações e potencialidades, mas também de desafios. A incipiente articulação intrarregional e a dependência de políticas centralizadas destacam a necessidade de uma abordagem multiescalar e integrada, capaz de promover o desenvolvimento sustentável e equitativo. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o FNE são instrumentos fundamentais nesse processo, desde que utilizados de forma estratégica e eficaz. Com políticas adequadas e uma visão participativa, é possível superar as desigualdades e garantir um futuro mais próspero para a população do Semiárido.

Encontros GETETE

Reflexões femininas sobre o pensamento econômico cepalino latino-americano

Diálogos com Maria Conceição e Virginia Fernández

Por Railene Veloso

“(...) Maria, Maria, é um dom, uma certa magia, uma força que nos alerta (...)”

Milton Nascimento e Fernando Brant, 1978

“Maria da Conceição de Almeida Tavares”. Maria, tu não nasceste no Brasil, mas adotou esse país como teu. Como tantas Marias que nos inspiram em seus mais variados contextos, nos espaços em que tu estiveste inserida, representaste a força da mulher brasileira, que não foge à luta e se mantém resiliente. Maria, teu nome evoca uma torrente de pensamentos e sentimentos, que nos enche de memórias, inspirações e saudade.

Inspirado na força dessa Maria é que se centrou o 52º Encontro Getete, buscando refletir e homenagear essa figura singular, comprometida com o desenvolvimento do país e da região que adotou como sua. Reconhecida como uma das mentes mais brilhantes do pensamento crítico brasileiro e latino-americano, é descrita por Bielschowsky como “uma mente rebelde, irrequieta e criativa”, como nos lembra a Prof.^a Virgínia Fernandez, nossa palestrante. Maria é uma das economistas mais influentes do pensamento econômico brasileiro. É também a mais importante mulher economista da América Latina e do Brasil, consolidando um legado único no debate econômico, crítico e na formulação de ideias transformadoras.

E é sobre a mulher economista – Maria da Conceição Tavares – que Virgínia nos faz refletir, remetendo às suas contribuições e resgatando ao longo da sua trajetória, a questão de gênero. Afinal, fundamental não esquecer que Maria era uma mulher que, em um ambiente majoritariamente masculino, fez-se firme e se impôs, enfrentando os inúmeros desafios inerentes a essa posição. “Maria da Conceição Tavares é um para-

digma de quem esteve na maior parte da sua construção intelectual como “A” referência feminina num ambiente predominantemente masculino, como é o ambiente dos economistas”, destaca Virgínia. A palestrante lança à luz a questão de como, ao longo de sua trajetória, Maria vivenciou a condição de ser mulher.

A discussão que Virgínia nos apresenta está embasada no artigo de sua autoria, intitulado “Reflexões Femininas sobre o Pensamento Econômico cepalino latino-americano. Diálogos com Maria da Conceição Tavares”, parte dos resultados de uma entrevista que foi realizada e escrita antes de sua morte. Trata-se de uma homenagem em vida! Em suas palavras: “São poucas as pessoas que deixam tanto e que nos deixam um caminho, nos iluminam para continuar, mas também deixam muito na escrita, na teoria e também na sua trajetória como orientadora e como colega de pessoas nesses âmbitos acadêmicos e nos outros pelos quais ela passou (...). Então, agradecemos pela sua presença na nossa vida intelectual na América Latina!”.

O que emerge como marcante em Maria da Conceição Tavares, tanto no imaginário que a coloca como uma espécie de “diva pop” da intelectualidade – destaca Virgínia – quanto em sua trajetória como uma economista de notável prestígio, está conectado à sua sólida formação em teoria econômica. Sua mente aguçada e analítica não apenas alimentou reflexões profundas e críticas perspicazes sobre a realidade, mas também consolidou um pensamento livre e independente, característica central de sua atuação intelectual. Essa qualidade foi capturada de forma emblemática por José Mariani, diretor da cinebiografia *Livre Pensar* (2019), que sintetiza de maneira precisa o cerne de sua contribuição ao debate econômico e social, realçando a sua singularidade enquanto economista, crítica e pensadora.

Com passagem pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), além de sua importante contribuição como professora nos Institutos de Economia da UFRJ e Unicamp, Maria também teve inserção política atuando como deputada federal pelo PT, entre 1995 e 1999. Todavia, Virgínia lembra que essa foi a inserção política institucionalizada, pois o seu grande compromisso social sempre a manteve inserida na política nacional, estadual e municipal.

A questão de gênero está abordada ao longo da sua carreira profissional e sua

experiência pessoal, é o que atenta a palestrante. Virgínia relembra que a obra “Substituição de Importações” (1964, 1972) foi a primeira contribuição de Maria da Conceição Tavares como uma tese inaugural para caracterizar o processo de industrialização dos países da América Latina. “Então, se nós temos que pensar qual que é a principal contribuição da Tavares para o pensamento estruturalista cepalino, talvez seja mais fácil falar de “Substituição de Importações” do que “Além da Estagnação”, é o que destaca. No entanto, compartilha que o foco que Maria deu na entrevista foi apresentar a tese que contraria ao seu mestre, Celso Furtado. E aqui Virgínia revela uma percepção muito importante que contempla a questão de gênero.

Em sua contribuição de 1964, Maria da Conceição Tavares discute sobre o processo de industrialização dos países latino-americanos, baseados no processo de substituição de importações como um tipo particular de industrialização. Seu pioneirismo nessa discussão é uma das principais contribuições que dá ao pensamento estruturalista cepalino. No entanto, a ênfase na entrevista é dada ao seu importante texto – em autoria com José Serra – de 1971 (Além da Estagnação), onde rejeita a tese de Celso Furtado de que o Brasil estava caminhando para a estagnação econômica. Na obra, defende que o país sempre foi uma economia dinâmica, questionando a origem da ideia de estagnação de Furtado. “Nós nunca fomos uma economia estagnada”, é o que diz para Virgínia e deixa claro na obra.

Sua argumentação se sustenta na tese de que o Brasil vivenciava ciclos econômicos naturais às economias capitalistas, mas não estagnação. Segundo ela, Furtado tratava a estagnação como um fato consumado, o que não se concretizou. Suas palavras à Virgínia foram: “É que não havia estagnação, nunca houve, nós sempre fomos uma economia dinâmica. Eu não sei de onde que ele tirou a estagnação. Como que ele inventou a estagnação é que eu não sei. Nós nunca fomos uma economia estagnada”. Esse contraponto teórico marcou uma importante divergência no debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro e, para Virgínia, o foco que Maria deu a essa obra na entrevista, revela uma forte questão de gênero. Afinal, foi ELA, uma mulher, que desenvolveu uma tese muito bem argumentada, rejeitando a tese de Furtado.

Para Maria, o principal problema dos países da América Latina e Caribe é a dis-

tribuição da renda e da propriedade, que condiciona o padrão de desenvolvimento da região. É o que fala para Virgínia: “O problema maior da América Latina não é a estagnação, é a distribuição de renda, que é péssima. Esta má distribuição de renda faz uma heterogeneidade estrutural do ponto de vista do consumo e da produção. Esse que é o problema nosso, é o problema da heterogeneidade, não é o problema da estagnação”. É também o que encontramos em toda sua obra e debate. De alguma maneira, é um resumo de toda a sua trajetória intelectual.

Ao abordar diretamente sobre a questão de gênero na trajetória profissional de Maria da Conceição Tavares, Virgínia compartilha que lhe perguntou sobre as dificuldades por ser mulher na Cepal, na universidade e na carreira em geral. Maria respondeu que não enfrentou barreiras significativas, atribuindo isso à sua postura combativa e agressiva, características que, segundo ela, garantiram respeito e impediram o seu enquadramento. A palestrante revela suas palavras: “Mas eu sou muito agressiva, de maneira que eles me respeitavam. Sou inteligente, sou agressiva, combativa. Então também não é mole me enquadrar. Não é mole eles me enquadrarem assim. Não conseguiram me enquadrar nunca”. E deu risada. Ela ri ao enfatizar que sua agressividade era essencial para ser ouvida em um ambiente dominado por homens.

No entanto, ao ser indagada sobre a escassez de mulheres nesses espaços, Maria atribui isso à falta de combatividade feminina. Virgínia compartilha suas palavras: “aqui neste país, quem é mole não sobrevive. Precisa ter uma postura combativa, senão não vai. Imagine”. Ao mencionar sua experiência na CEPAL, destaca que era a única mulher economista, mas recebeu apoio de Aníbal Pinto, que a convidou e defendeu ao longo de sua carreira, a quem considera seu mestre e responsável por lançá-la no cenário internacional.

Virgínia reflete que as respostas de Maria da Conceição Tavares revelam uma mudança de percepção sobre gênero ao longo do tempo. Embora não perceba um machismo de qualquer tipo, sua admissão de que uma mulher precisa ser agressiva para ser ouvida sugere um reconhecimento implícito das desigualdades de gênero. Além disso, a necessidade de legitimação masculina por meio da proteção de Aníbal Pinto também aponta para questões estruturais que refletem as dificuldades enfrentadas por mu-

Iheres em ambientes dominados por homens. É o que percebemos com a resposta que dá quando questionada se Aníbal Pinto lhe defendia: “Ele sempre me defendeu, desde aqui (Brasil). Eu fui lá a convite dele, claro. Devo tudo ao Aníbal Pinto (...)”. Nesse ponto, Virgínia resgata um comentário feito por Ricardo Bielschowsky, em 2000, de que Tavares e Serra conseguiram avançar no debate criticando Furtado, dado a grande influência de Aníbal Pinto, que abriu espaço para que se introduzisse essa ideia.

Por fim, outra questão de gênero importante que Virgínia traz ao debate e que são fundamentais para considerar uma vida pública é a falta de participação de Maria da Conceição Tavares na gestão do poder executivo. Como a grande intelectual que foi, preocupada e comprometida com o desenvolvimento desse país, não foi Ministra da Fazenda e/ou do Planejamento, tampouco foi Presidenta do Banco Central, como vários dos seus alunos e orientandos foram. Virgínia provoca: “Por que ela não foi? Por que, como deputada federal, só teve uma gestão (quatro anos)? Por que ela não continuou na vida pública? Porque, sim, outros homens, porque, sim, outros orientandos dela? Por que não ela?” São perguntas que não temos respostas, mas com fortes pistas para a refletir sobre a existência de uma forte questão de gênero.

E com essa discussão, Virgínia nos presenteou com uma importante reflexão de gênero sobre uma das maiores intelectuais que pensou criticamente o Brasil e a América Latina, dando uma contribuição inigualável para entender o nosso país e região. A essa intelectual, Maria da Conceição Tavares, só temos a agradecer pelo rico legado que deixou e por ensinar os caminhos para se pensar a transformação do nosso país e região. Maria está viva em cada uma das Marias que nos inspiram, nos fortalecem e que merecem ser celebradas todos os dias. Maria, que a marca que tu trazes na pele (como nos disse Milton Nascimento), preserve em nós a tua força, tua sede de justiça social, teu ímpeto de lutar por um mundo melhor e que não nos faça perder a “estranha mania de ter fé na vida!”, que o Bituca popularizou. Maria, sempre presente!

53º Encontro:

As práticas consorciais como alternativa indutora para o desenvolvimento regional

Com Rosângela Pequeno

Por Guilherme Lopes

No dia 07/09/2024 o Grupo de Estudos sobre as Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE) recebeu a Prof Dr^a Rosangela Pequeno (UFRN) para discutir um dos temas abordados em sua tese de doutorado: as práticas consorciais contemporâneas e os desafios ao desenvolvimento regional brasileiro.

Ao longo de sua exposição, Rosângela apresentou aos participantes o desenvolvimento de sua agenda sobre os Consórcios Públicos. A exposição foi estruturada na fundamentação teórica multidisciplinar da temática (o que envolve grandes áreas do saber como às ciências econômicas, históricas, políticas, jurídicas etc.), a evolução das primeiras experiências, os casos no Brasil e a indução ao desenvolvimento regional pelos consórcios.

A problemática principal de sua pesquisa consiste na interrelação entre o pacto federativo brasileiro, a fragilidade financeira dos entes governamentais subnacionais, a articulação institucional dos consórcios públicos e o desenvolvimento regional brasileiro.

A partir da análise dos dados contidos no “Observatório Municipalista de Consórcios Públicos” e no Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC), a pesquisa observou que a maior parte dos Consórcios se concentram nas atividades de saúde, saneamento e meio ambiente. Direcionados especialmente nessas searas, o balanço é positivo sobre a atuação dos Consórcios, vistos como instrumentos de cooperação intergovernamental que podem potencializar as capacidades articulação e execução das políticas públicas pelos governos nas esferas municipais e estaduais.

Porém, se observa também que a grande parte dos consórcios estão aglutinados nas regiões mais dinâmicas e de maior cobertura dos serviços essenciais básicos da po-

pulação. Por outro lado, espaços como o Norte e o Nordeste onde as políticas públicas são mais urgentes apresentam menor número de Consórcios Públicos.

A despeito do saldo positivo, a pesquisa alerta, de antemão, que dado as inúmeras experiências consorciais no Brasil em diferentes espaços, setores e tempo, qualquer tipo de saldo sobre a ação dos consórcios deve estar subscrito sobre tais particularidades geográficas, econômicas e temporais.

Assim, os consórcios devem ser vistos como mecanismos de cooperação intergovernamental que podem atenuar e moderar os conflitos federativos. A ação dos consórcios também resguarda as heterogeneidades típicas de uma economia periférica e subdesenvolvida, na medida que poderiam e deveriam ser ferramenta de maior suporte justamente às regiões menos desenvolvidas e não ao contrário.

Como principal contribuição, o excelente trabalho apresentado por Rosângela aponta para a necessidade da construção do aprimoramento e fortalecimento do modelo de federalismo cooperativo, do qual os Consórcios são um potente instrumento dentro desse enquadramento de articulação institucional. Sob esse quadro, os Consórcios podem potencializar a capacidade de investimentos em áreas sensíveis ao desenvolvimento regional.

54º Encontro:

Roda de conversa com estudantes de graduação: Como andam as pesquisas?

Com Allan Cavazzotti e Bianca Farias

Por Fernando Macedo

Os Encontros Getete, que irão para sua 57ª edição em março de 2025, têm por objetivo apresentar e debater as pesquisas de seus integrantes e de parceiros de outras instituições acadêmicas e do setor público. Busca, também, criar um ambiente de discussão e de interação com os movimentos sociais, especialmente aqueles ligados às questões territoriais. O compromisso com a formação de novos pesquisadores responde a um terceiro objetivo do Grupo, diretamente ligado aos dois primeiros: ser um espaço para que jovens estudantes (de graduação e de pós-graduação) participem das discussões e debatam seus trabalhos.

O Getete, motivado por esse terceiro objetivo, mantém uma seção específica em seu Informativo para que alunos de graduação apresentem suas monografias, suas iniciações científicas ou suas experiências de extensão. Foi com essa motivação que o Grupo convidou Allan Cavazzotti Lima e Bianca da Silva Farias, graduandos de Ciências Econômicas da Unicamp e da UFPA, respectivamente, para apresentarem suas iniciações científicas (IC), financiadas pelo CNPq.

O primeiro, sob orientação do professor Fernando Macedo (IE/Unicamp), desenvolveu a pesquisa “O setor terciário no Centro: um estudo de caso do PRAC de Campinas-SP”. Esta analisou o Plano de Revitalização da Área Central do Município (PRAC), um projeto de intervenção urbana da prefeitura de Campinas, comum em outras cidades brasileiras. O principal objetivo da IC foi entender os impactos desse plano sobre a área central da cidade (bairros do Centro e do Cambuí).

A metodologia adotada seguiu os caminhos tradicionais nesse tipo de pesquisa: revisão de literatura a fim de entender as intervenções em centros urbanos e o conceito de serviços para a compreensão de seu papel na economia cidadina; coleta e tratamen-

to de dados secundários voltados à caracterização da socioeconomia de Campinas; análise documental dos planos diretores e programas urbanos do município. Allan, no entanto, avançou e entrevistou atores sociais envolvidos na organização socioespacial da área central da cidade, tanto do setor público quanto do privado, além de representantes da universidade e dos movimentos sociais.

Embora não seja possível uma avaliação definitiva do PRAC, pois esse ainda se encontra em implantação, Allan antecipa algumas conclusões. O Plano, em linha gerais, reproduz o padrão segregador de outras experiências de Campinas e alhures, indicado pela bibliografia consultada, apresentando aspectos como: os efeitos se limitarão, principalmente, à gentrificação da área estudada; o PRAC concentra seus esforços na escala micro local, sem considerar a integração do desenvolvimento socioeconômico do município como um todo; as políticas de melhoramento do transporte público e dos modais não são efetivas. Alan concluiu sua exposição afirmando:

A análise do PRAC de Campinas constatou que as intervenções apresentam muitas potencialidades para o desenvolvimento socioeconômico e urbano da região central. Apesar disso, sua aplicação pouco atuou para a promoção da justiça social. Para garantir que o Centro de Campinas se torne um espaço atrativo economicamente e bem preservado para todos os cidadãos, é necessário implementar um planejamento urbano que equilibre diversos interesses e promova espaços democráticos.

Bianca apresentou sua IC intitulada “Produção do espaço urbano na Amazônia: uma proxy a partir do Cadastro Nacional de Obras (CNO)”, orientada pelo professor Raul da Silva Ventura Neto (UFPA). Após fazer um breve retrospecto sobre a ocupação e urbanização da Amazônia, a estudante explicou em linhas gerais o objeto de sua pesquisa, fundamentada em análises qualitativa e econométrica das informações da base de dados do CNO.

Bianca nos lembra de que o CNO é um armazenamento de registros de obras da indústria da construção civil, gerido pela Receita Federal, e uma ferramenta ainda pouco trabalhada nas pesquisas acadêmicas. Sua IC explora as possibilidades desse banco de dados, pois tem por objetivo investigar a construção formal do espaço urbano,

delimitada territorialmente aos estados pertencentes à Amazônia Legal. Para tanto, usa como proxy a distribuição do volume de CNO por municípios, classificados por porte populacional. Correlaciona essas informações com a produção da riqueza e utiliza, nesse caso, dados de Produto Interno Bruto (PIB) e de renda, no período entre 2015 e 2020.

Seu estudo mostra que na região do agronegócio e da mineração na Amazônia Legal, sobretudo em Mato Grosso e no Pará, com maior destaque para os municípios no entorno da BR-163, localizam-se aqueles que mais se destacaram na emissão de cadastro de obras. A pesquisa mostra como houve migração de capital ligado a empreendimentos agropecuários para a construção civil, combinando e articulando o ciclo imobiliário ao ciclo de expansão das commodities.

A jovem pesquisadora fechou sua apresentação com as seguintes conclusões, apresentadas em slide, que reproduzimos textualmente, abdicando do uso de aspas:

- É comum a todos os municípios uma grande concentração de riqueza – manifestada principalmente pela propriedade fundiária –, que possibilita a atuação das classes dominantes no uso do solo urbano após a modernização do campo.
- O crescimento excepcional das cidades é fruto da implementação e alocação de cadeias produtivas que conferem a essas cidades pequenas e médias uma riqueza bruta excepcional.
- Sob essas circunstâncias, o ambiente construído sofre profundas modificações com os efeitos do processo de financeirização em forma de loteamentos.
- A maior incidência de registros de obras pelo CNO, por sua vez, se torna indicativo de um incremento singular do PIB municipal, já que esse último gera impactos diretos e indiretos no ambiente urbano.

O Getete parabeniza os jovens pesquisadores pela qualidade das exposições de suas ICs e pelas contribuições às pesquisas sobre desenvolvimento econômico e urbano.

55° Encontro:

Amazônia Maranhense e as múltiplas faces do desenvolvimentismo: articulação entre o nacional, o regional e o global

Com Zulene Muniz

Por Brenda Neves

O 55° Encontro do GETETE, realizado em 4 de novembro de 2024, contou com a participação da professora Zulene Muniz, da Universidade Estadual do Maranhão, que apresentou o tema “Amazônia maranhense e as múltiplas faces do desenvolvimentismo: articulação entre o nacional, o regional e o global”.

A apresentação debateu como a Amazônia maranhense, ao longo do tempo, foi submetida a grandes interesses nacionais e regionais. O território, frequentemente tratado como um espaço vazio, foi progressivamente ocupado por atividades econômicas que desconsideram a presença e os direitos das populações já existentes, assim como a manutenção do bioma. Essas violências estruturais deram origem a intensos conflitos agrários, que persistem até os dias atuais, evidenciando que a promessa de desenvolvimento econômico na região se revelou, na prática, uma falácia.

Para chegar a essas conclusões, a professora Zulene evidencia a origem do processo de ocupação maranhense e o classifica como contraditório, uma vez que não houve uma integração entre as regiões. O poder de determinação estadual vinha da capital São Luís, que alinhada ao governo nacional, concentrava o poder político, que se traduzia em regalias às elites rurais.

Em relação a Amazônia, esta era vista como um grande vazio demográfico a ponto de ser apropriada pelos grandes projetos econômicos. Este sentimento se aprofundou principalmente na ditadura militar, onde os interesses individuais da elite econômica se uniram à força militar a fim de reprimir a população local.

Foi nesse contexto que se estabeleceram os grandes projetos econômicos, como o Grande Carajás, que abrangeu os estados do Pará e Maranhão, e a ALUMAR (Con-sórcio de Alumínio do Maranhão S.A.) abrindo espaço para mineração. Além disso, a

expansão da fronteira agrícola ocorreu inicialmente com o avanço da pecuária e, posteriormente, com a implantação de monoculturas voltadas para commodities, a partir de incentivos fiscais dos governos militares. Esse processo marcou o início do que ficou conhecido como o “Maranhão moderno”, uma modernização promovida por meio da mediação política de José Sarney, que utilizou seu poder político para defender os interesses da elite econômica local.

A expansão da fronteira agrícola na Amazônia foi marcada por intensos conflitos e violência, com a expulsão de populações nativas de suas terras e a exploração do trabalho dessas pessoas. Esse processo gerou diversas revoltas sociais, envolvendo posseiros e fazendeiros de um lado e camponeses de outro. A violência na ocupação e exploração territorial abriu caminho para os grandes projetos econômicos, marcando assim a composição territorial do Maranhão, justamente pela migração da população expulsa. Esse ciclo consolidou uma dinâmica econômica voltada ao atendimento dos interesses do grande capital, estruturada por meio de grandes empreendimentos que passaram a definir a economia da região.

Os movimentos sociais, por sua vez, reagiram intensamente para enfrentar essa situação. Suas lutas não se limitaram à reivindicação pela posse das terras das quais foram expulsos, mas também se estenderam à resistência contra a subcontratação de mão de obra e a prática do trabalho escravo, comum na região. A classe trabalhadora local é majoritariamente composta por pessoas sem terra, que dependem da agricultura familiar para sobreviver, mas frequentemente se veem subordinadas a trabalhos precários.

Dessa maneira, o desenvolvimentismo proposto pelo governo brasileiro a Amazônia maranhense ocorreu de forma unilateral, sem a consideração adequada da população local, ou mesmo a inserção destes como força de trabalho nestes novos empreendimentos. O resultado desse processo é a perpetuação do subdesenvolvimento em diversas regiões do Maranhão, onde ainda se observa uma forte presença de pobreza extrema. Em contrapartida, as elites locais permanecem intocadas, acumulando excedentes de capital que lhes permitem iniciar novos ciclos econômicos pautados pelas demandas nacionais e internacionais, como no caso da produção de soja destinada à exportação.

56º Encontro: Nordeste em Prosa e Cordel

Com Fernando Macedo e Rodrigo Marques

Por Caio Cezar Fernandes

Seguindo o costume já bem estabelecido, os encontros do GETETE do ano de 2024 finalizaram com uma atividade cultural literária. Nesta ocasião, com o lançamento do livro “Nordeste em Prosa e Cordel” organizado pelos professores Fernando Macedo (GETETE-UNICAMP) e Rodrigo Marques (LABSUL-UECE). Eles compartilharam suas visões sobre a obra e o que ela representa para o campo dos estudos regionais e urbanos.

O livro é dividido em 5 seções, alternando entre prosa e versos em cordel que dão conta de fazer uma elegia ao Nordeste em uma abordagem multidisciplinar, unindo arte aos estudos regionais. Não explorarei aqui o conteúdo rico do livro, que é abordado neste informativo em uma excelente resenha do professor Pedro Silva (UECE). Me ocupei do que considero ser o espírito da obra, refletido nas falas dos professores durante o encontro.

O professor Fernando destacou que é cada vez mais evidente a importância de combinar os estudos das desigualdades e das preocupações regionais com a valorização da cultura e da diversidade de formas de vida do Povo Brasileiro. Nesse contexto, a região Nordeste aparece em uma aparente contradição entre o discurso econômico do atraso relativo e das desigualdades históricas em relação ao Centro-Sul com a diversidade, a riqueza cultural e natural desta região. Para Fernando esses contrastes definem o Nordeste como a unidade contraditória a partir da qual se formou o Brasil.

Embora não seja mais o Nordeste das secas e dos retirantes, como retratado por Portinari e por Rachel de Queiroz, a cultura que foi formada nas agruras e na resistência do povo mantém-se viva, não por inércia, mas por cultivo e zelo.

Uma grande mensagem que pode não ser percebida pelo leitor incauto é que o

desenvolvimento capitalista que negligencia a cultura como uma dimensão central para definir a dinâmica e constituição de um território tende a promover a homogeneização e o apagamento da história. Isso é, um desenvolvimento econômico por desterritorialização. Perdem-se os vínculos entre o povo e seu território e, portanto, este desenvolvimento desafia o reconhecimento do povo enquanto semelhantes. Esta ideia é brilhantemente retratada nas páginas do livro, combinando prosa, literatura de cordel e a imagética cultural do Nordeste de forma despretensiosa e eficaz.

O professor Rodrigo Marques analisou a questão, mostrando que a cultura é o tecido que constitui o território. Segundo ele, o território representa muito mais do que um agregado, como pode indicar uma análise baseada apenas em indicadores econômicos. O cotidiano, a oralidade, as manifestações artísticas do povo e sua interação com o espaço coletivo são práticas que definem tanto a cultura quanto o território. O território é um pertencimento. E é na contradição ainda contemporânea entre o pertencer e o não possuir que se constituiu a arte e a cultura popular Nordestina, uma arte de resistência.

Aqui, de nossa confortável posição acadêmica, Rodrigo e Fernando nos desafiaram a repensar nosso papel enquanto observadores e críticos da realidade social brasileira. Desafiam uma visão de desenvolvimento como um processo importado, uma solução geral que vale para todo lugar e todo tempo. Como disse o mestre Nego Bispo, é preciso substituir o “desenvolvimento” por “envolvimento”, é preciso pensar o desenvolvimento por reterritorialização.

Dessa forma, em minha modesta interpretação, o livro apresenta uma multiplicidade na sua simplicidade. Ele pode ser lido como uma declaração de amor e respeito pelo Nordeste, ou pela ótica de um manifesto de valor cultural e científico daqueles que dedicam a vida a estudar o Brasil e suas desigualdades e dos que se ocupam em preservar e cultivar seu patrimônio cultural ancestral.

Iniciação à Pesquisa

Impactos da Permanência e da Pesquisa na Trajetória Acadêmica de alunos da UNICAMP vinculados ao GETETE



Adana Silva e Fabrício Almeida

Alunos de graduação em economia do Instituto de Economia da UNICAMP vinculados a iniciação científica orientados pelo professor Fernando Macedo, vinculados ao Centro de Estudos em Desenvolvimento Econômico (CEDE) e ao GETETE.

O presente texto tem como objetivo discutir de forma breve nossa experiência como alunos vinculados ao Programa de Bolsa Auxílio Social da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), enfatizando nossa participação no Projeto de Apoio às Atividades do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE), e o impacto do projeto na formação acadêmica dos alunos.

Figura 9. Adana, Fabrício e Fernando Macedo no Congresso de Projetos de Apoio à Permanência de Estudantes de Graduação da UNICAMP (PAPE-G)



Fonte: Acervo particular. Foto por Carlos Eduardo Nascimento.

A iniciação à pesquisa é um elemento fundamental para a formação de estudantes universitários, permitindo-lhes o desenvolvimento de habilidades analíticas, críticas e técnicas. No Brasil, onde a desigualdade social e econômica é ainda um obstáculo expressivo, programas de permanência no âmbito acadêmico que conciliam o suporte financeiro e a participação em projetos de pesquisa podem ser uma ferramenta de suporte à redução da evasão, além de criar um espaço de envolvimento acadêmico e social. O acesso à pesquisa ainda na graduação, além de despertar o interesse pela carreira acadêmica, amplia os horizontes profissionais, o que para muitos alunos bolsistas que são por muitas vezes provenientes de realidades socioeconômicas limitantes, poderia parecer inalcançável.

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) vem executando desde 2013 o Programa de Bolsa Auxílio Social, que tem como função auxiliar alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no custeio de seus estudos. A exigência do programa é a vinculação dos alunos em projetos de pesquisa ou extensão, coordenados e orientados por docentes da universidade, o que promove não somente o suporte financeiro, mas também incentiva o desenvolvimento e domínio em atividades de pesquisa. Assim, programas que combinam apoio financeiro e envolvimento em projetos de pesquisa possuem a capacidade de atuar de forma significativa na promoção da integração social e acadêmica.

Na esfera do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais, os bolsistas têm acesso a experiências enriquecedoras ao explorar temas como desenvolvimento socioeconômico, regional e urbano através de debates sobre variados temas com pessoas, grupos e instituições das mais diversas regiões do país. Essas atividades não apenas expandem o conhecimento acadêmico, mas também fortalecem a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais em múltiplos contextos.

A participação dos bolsistas nas iniciativas do grupo proporciona vivências inéditas, como a apresentação das principais atividades e resultados do grupo no Congresso de Permanência da Unicamp no ano de 2024, que além de destacar a relevância do trabalho realizado, promove fortalecimento acadêmico e contribui para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida profissional, como comunicação, organização e

trabalho em equipe. Além das atividades acadêmicas, os estudantes oferecem apoio à pesquisa ao assumir responsabilidades administrativas, como transcrição de entrevistas, elaboração de atas e relatorias de reuniões, e apoio à organização de agenda do grupo.

Embora essas atividades pareçam inicialmente operacionais, elas têm grande importância no desenvolvimento de habilidades de gestão essenciais para os bolsistas, uma vez que a execução dessas tarefas exige organização e planejamento, o que contribui diretamente para a formação de competências administrativas. Além disso, essas experiências permitem que os alunos compreendam de maneira prática as demandas de um projeto de pesquisa, como a coordenação de atividades e o acompanhamento de processos. Todas as atividades são executadas sob orientação dos doutorandos e com o acompanhamento do Professor Fernando Macedo, coordenador do grupo, que se mantém presente em todos os momentos, garantindo um ambiente de aprendizagem colaborativo e inspirador.

No entanto, conciliar a participação no projeto com os horários de estudo e as demandas das disciplinas de graduação ainda é um desafio. A gestão de tempo se torna uma habilidade indispensável, o que exige dos bolsistas planejamento e disciplina para cumprimento dos prazos acadêmicos e execução das tarefas acadêmicas e administrativas do grupo, além das responsabilidades pessoais dos mesmos. Ademais, os estudantes contam com apoio e suporte dos doutorandos e do orientador, que se mostram sempre acolhedores, compreensivos e pacientes. Ao enfrentar desafios, os bolsistas desenvolvem resiliência e habilidades que vão além do ambiente acadêmico, fortalecendo assim a capacidade de adaptação e crescimento pessoal e profissional.

Participar do Projeto de Apoio às Atividades do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais traz aos bolsistas experiências de grande inspiração que colaboram para a sua permanência na Universidade, permitindo que os estudantes tenham acesso a temas diversos e adquirindo conhecimento prático sobre questões que são abordadas em sala de aula. O envolvimento dos estudantes no projeto evidencia como a iniciação à pesquisa transcende o domínio acadêmico, contribuindo significativamente para a formação integral destes e demonstra como a iniciação à pesquisa

vai além dos limites da academia, estabelecendo um elo entre o conhecimento teórico e a realidade prática. A experiência no projeto de pesquisa auxilia na formação de uma identidade acadêmica e profissional mais prática e humana, preparando os estudantes para lidar com as constantes transformações e dinâmicas sociais que impactam as suas comunidades.

Mesmo com os desafios, o exercício participativo realizado pelos bolsistas junto às atividades do GETETE é profundamente enriquecedor, pois esses momentos oferecem não somente uma formação acadêmica mais completa, mas também uma reflexão aprofundada sobre a realidade socioeconômica do Brasil. No decorrer dos encontros, surgem discussões significativas acerca de possíveis caminhos para redução das desigualdades socioeconômicas que persistem no país, principalmente no que diz respeito às áreas não centralizadas, como o Norte e o Nordeste, visando assim fomentar um progresso mais equitativo, humanizado, sustentável e justo em todo o país. A troca de ideias e vivências oferecidas pelo GETETE é crucial não somente para a trajetória acadêmica, mas também humana.

Ao participarem de atividades de pesquisa e assistência, os estudantes reforçam sua ligação com a instituição de ensino superior, o que contribui para a estruturação de uma formação acadêmica sólida e proporciona vantagens diretas para o seu prosseguimento na educação superior. A combinação entre suporte financeiro e o envolvimento em projetos desafiadores promove a permanência estudantil, amplia os horizontes profissionais e promove a autonomia de alunos provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis. Esse equilíbrio transforma a universidade em um espaço de integração, crescimento e aprendizado, reafirmando o papel da educação pública como ferramenta fundamental para redução de desigualdades e construção de trajetórias de sucesso.

Parcerias Acadêmicas

Entrevista com Leonardo Rodrigues Porto



Leonardo Rodrigues Porto

Professor Visitante do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), atua no Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP). Doutor em Desenvolvimento Econômico, com área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano pelo Instituto de Economia da Unicamp (IE-UNICAMP). É membro do Getete e autor do livro “Vitória da Conquista e sua região: urbanização e dinâmica econômica no interior do estado da Bahia”, pela Edições Uesb (2022).

Informativo Getete: Leonardo, você é um economista com formação na área de desenvolvimento regional e urbano. Como você vê a questão regional brasileira hoje? Quais são os grandes desafios no combate aos desequilíbrios regionais?

Compreendo que a histórica questão regional brasileira está vinculada à maneira como emergiu uma sociedade urbano-industrial no país, cuja organização espacial é bastante heterogênea, diversificada e desigual, manifestando-se por desequilíbrios urbano-regionais no âmbito nacional, condicionados a padrões hierárquicos relativos a determinados espaços subnacionais. A conjugação desses elementos levou a uma forte concentração econômica regional, à prevalência da ocupação do litoral sobre o interior e ao padrão, ao mesmo tempo, concentrado e disperso de distribuição das cidades, da população e das atividades econômicas pelo território.

Bem nos ensinou o Professor Wilson Cano que os problemas regionais e urbanos do país devem ser caracterizados pelas condições do nosso subdesenvolvimento. De maneira objetiva, o professor Wilson nos lembrava que, na atual quadra histórica, a questão regional brasileira manifestava-se, muito mais, pela generalização da pobreza e da miséria em todo o país. Acho que é um bom indicativo desse argumento a maneira como se difundiu a violência pelo território brasileiro, nas últimas décadas, com pequenas e

médias cidades passando a figurar entre as mais violentas, sobretudo, as das regiões Norte e Nordeste, conforme se pode observar na divulgação anual do Atlas da Violência, feito pelo Ipea, por exemplo. Nessa mesma linha de raciocínio, manifestam-se as tragédias e os crimes ambientais, que se multiplicam em todo o território, intensificadas pelo ritmo acelerado das mudanças climáticas e pelo padrão de reprodução do capital, intensivo no uso de recursos naturais – no lado produtivo – e, no lado financeiro, sobre-determinado pela velocidade dos circuitos de valorização dos ativos financeiros. Não é preciso muito esforço para vislumbrarmos o quanto essas questões contemporâneas perpassam a dimensão espacial e os desafios de uma nova política regional.

Noutro aspecto, cabe enfatizar que características históricas do desenvolvimento das regiões brasileiras não foram de todo superadas. Podemos dizer que as economias regionais ainda estão (fragilmente) integradas, cuja tendência à fragmentação manifesta-se num crescimento regional e nacional muito baixo. Embora o setor primário nacional apresente alto crescimento puxado por sua dinâmica exportadora, ele não se mostrou suficiente para estimular o conjunto da economia brasileira e de suas partes. Esse comportamento se difere da trajetória do desenvolvimento de parte do século XX, quando o crescimento industrial estimulava as performances das grandes regiões, que tinham suas atividades mais ou menos vinculadas ao “core” ou centro dinâmico do crescimento econômico.

Não obstante, o desempenho comparado da economia brasileira e das economias regionais neste início de século XXI aponta para possibilidades efetivas de uma política de desenvolvimento regional. Isso, contudo, ainda aguarda a construção de uma agenda mais ampla de inclusão produtiva combinada com políticas de inclusão social e articulada a processos de reindustrialização, assumindo-se os novos desafios tecnológicos e a incontornável questão ambiental. Resta saber se a indústria de transformação se mostra capaz de permitir isso, dada sua capacidade em articular os vínculos de solidariedade regional que, porventura, ainda existam.

IG: Sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado abordam a rede urbana baiana e nordestina. Recentemente o IBGE lançou documento para a

compatibilização hierárquica das regiões de influência das cidades desde 1966. Qual a importância dessa compatibilização para os estudos da rede urbana brasileira?

Esta pergunta me faz lembrar de um fato que eu gosto de contar sobre a excelência e a tradição do IBGE em realizar estudos que permitem compreender com profundidade o território nacional. Isto é, quando acessamos a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – uma belíssima realização do IBGE que conheci por uma grata indicação do professor Fernando Macedo (IE-UNICAMP) –, publicada em finais da década de 1950 e repartida em mais de trinta volumes, lá está uma rica descrição do território nacional, contendo, também, um esforço de sistematização dos lugares segundo as suas funções urbanas e importância para as regiões em que estão inseridas.

Isso significa que ainda antes do ano de 1966, quando foi lançada a “Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas”, pesquisa precursora da Regic, o Instituto já realizava levantamentos que classificavam as municipalidades segundo a distribuição hierárquica de seus centros urbanos. Isso sem contar na enorme contribuição do centenário professor Pedro Geiger, que influenciou as investigações sobre a rede urbana brasileira desde o seu princípio.

Essa evolução histórica, que acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos teóricos do pensamento geográfico, resultou numa riquíssima capacidade de interpretação e compreensão da rede urbana brasileira. Assim, o maior ganho dessa compatibilização, realizada pelo geógrafo do IBGE Marcelo Paiva da Motta, é facilitar e estimular os estudos diacrônicos sobre a rede urbana, como atesta o próprio autor. A obra, lançada no segundo semestre de 2024, apresenta as hierarquias urbanas harmonizadas de cada edição da pesquisa sobre a região de influência das cidades; e as ligações de rede entre os centros urbanos nos anos investigados.

No que diz respeito a esta perspectiva diacrônica, o autor realizou uma revisão de literatura sobre pesquisas recentes cujos esforços podem se beneficiar desse tipo de sistematização. Nesse ponto, acredito que as pesquisas também podem se beneficiar de uma abordagem estrutural, no sentido de compreender como as cidades estão

especialmente organizadas e como se comportam, ao longo do tempo, os diversos indicadores utilizados na definição da hierarquia urbano-regional. Isto é, não basta apenas considerar o nível hierárquico das cidades e sua classificação funcional, mas operacionalizar as variáveis de maneira a identificar os movimentos que permitiram os ganhos e perdas de centralidade, em cada contexto regional, junto aos indicadores comumente utilizados para esse fim.

O principal benefício desse procedimento é o de transpor a prioridade que as análises convencionais dão ao topo do ordenamento dessa rede urbana, onde figuram as metrópoles e as grandes cidades. A perspectiva diacrônica permitiria ampliar a compreensão do que ocorre nos arranjos urbanos que se formam – articulando as cidades pequenas e médias em diferentes contextos – e conferem novos sentidos hierárquicos aos seus respectivos espaços regionais. Ou seja, permite-nos observar o caráter social mais dinâmico que as cidades exercem em suas áreas de influência, o que vai além das suas funções desempenhadas em cada recorte temporal (sincronia).

IG: O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional lançou o programa Cidades Intermediadoras no final de 2024. Como você analisa essa iniciativa do MIDR?

Acho que este novo programa do MIDR precisa ser avaliado pelo que ele se difere de outros programas com foco em cidades médias que existiram no Brasil desde os anos 1970, em âmbito federal ou estadual. Esse foi o meu primeiro pensamento, quando ele começou a ser divulgado, em setembro do ano passado. Será que viria mais do mesmo? É fato, porém, que tínhamos muito poucas informações para fornecer quaisquer análises mais aprofundadas sobre o tema.

Contudo, recentemente, no Diário Oficial da União do dia 04 de janeiro de 2025, foi editada a Resolução do Comitê Executivo/MIDR, de 19 de setembro de 2024, instituindo o Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). De acordo com a resolução, o novo programa visa convergir ações que permitam alcançar os objetivos da

PNDR, em especial, o de consolidar uma rede policêntrica de cidades, para apoiar a desconcentração e interiorização do desenvolvimento regional, respeitadas as especificidades de cada região. Em termos finalísticos, o programa busca ampliar o acesso às oportunidades de trabalho e renda, à infraestrutura econômica e urbana, bem como aos serviços públicos.

A Resolução também deixou claro os critérios de elegibilidade e priorização das 26 regiões geográficas imediatas (RI) selecionadas para participarem da primeira fase do Programa, sendo uma RI para cada unidade da federação, abarcando 258 municípios do país. Seriam elegíveis o município-polo e os demais municípios de uma RI, desde que não pertencentes à Tipologia Sub-regional de Alta Renda da PNDR. Por sua vez, seriam priorizadas as RI contidas nos planos regionais de desenvolvimento ou nas sub-regiões prioritárias da PNDR – esta última, no caso das regiões Sul e Sudeste.

Esses critérios resultaram em duas novidades interessantes: a) o Programa não tem foco exclusivo nos municípios-polo (isto é, as cidades intermediadoras), mas também em seu entorno, o que dá peso à organização socioterritorial dentro das redes de cidades que eles fazem parte; b) as cidades escolhidas escapam do lugar-comum, tanto no que diz respeito ao seu porte, quanto nas suas localizações e nos papéis que já desempenham em cada estado. Ficarei, apenas, com o exemplo do Estado da Bahia, cuja escolha da RI de Xique-Xique/Barra implica em atender uma área sabidamente caracterizada pela ausência de cidades de porte médio.

Por outro lado, o objetivo geral e finalidade do Programa de Cidades Intermediadoras reproduzem o padrão dos antigos programas de cidades médias existentes. Das minhas pesquisas sobre a rede urbana, penso que não se trata mais de fortalecer centralidades de uma rede policêntrica. Isso porque já estamos falando de centralidades fortes e resilientes às mudanças históricas. É preciso antes pensar os espaços sub-regionais onde eles estão e atuam. Dito de outro modo, o Programa precisa articular os velhos e novos papéis que as cidades e suas áreas de influência podem exercer na divisão territorial do trabalho.

Nessa perspectiva, os rumos de uma nova industrialização poderiam ser observados. Meu argumento é que a antiga base industrial nacional ficou bastante concentra-

da em São Paulo e outras porções do território. Mas, como esta base tem um péssimo desempenho há décadas, acaba funcionando como um refreador do crescimento econômico do país. Já, se tivermos um novo crescimento industrial, e ele for desconcentrado, poderá se valer dessa rede de cidades intermediárias já existente. Vou me repetir, para dizer, que estamos falando da necessária “construção de uma agenda mais ampla de inclusão produtiva combinada com inclusão social e articulada a processos de reindustrialização, assumindo-se os desafios tecnológicos e a questão ambiental”.

IG: Você atualmente está na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), onde realizou seu pós-doutorado e atua como Professor Visitante. Que papel as instituições de ensino superior fora das capitais e das grandes regiões metropolitanas podem cumprir no desenvolvimento regional brasileiro? E no caso específico do Nordeste, como você vê o crescimento da interiorização do ensino superior?

Penso que os benefícios da interiorização do ensino superior extrapolam aqueles comumente observados quando tratamos desse tema. Por um lado, costuma-se abordar os efeitos econômicos encadeadores do incremento de renda, oriunda dos gastos da Universidade, do pessoal ocupado e dos estudantes. Por outro, destaca-se o aspecto social relativo à formação de mão de obra, ao redirecionamento dos fluxos demográficos e à criação de novas centralidades, fora dos grandes eixos metropolitanos.

A minha condição atual na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), localizada na cidade litorânea de Ilhéus, interior da Bahia, decorre de elementos que, à sua maneira, explicitam outros benefícios da interiorização do ensino superior.

O primeiro desses elementos foi a condição obtida por intermédio do Programa de Desenvolvimento de Pós-graduação (PDPG) Pós-Doutorado Estratégico da CAPES (Edital nº 16/2022-PDPG-CAPES), que visa o aperfeiçoamento de jovens doutores e a consolidação de programas de pós-graduação *stricto sensu*, pelo país. O PERPP (Programa de pós-graduação em Economia Regional e Políticas Públicas), do Departamento de Ciências Econômicas (DCEC) da UESC, ao qual estou vinculado, foi contemplado

com duas bolsas de pós-doutorado, implementadas a partir de finais do ano de 2022. Após processo seletivo, fui um dos contemplados com a bolsa, tendo início a partir de fevereiro de 2023, pouco depois da defesa de meu doutorado.

O segundo elemento aponta para a importância das medidas que partam dos governos estaduais. Estou falando da minha seleção para Professor Visitante do DCEC/UESC, para atuar, principalmente, pelo PERPP, o que ocorreu após um ano do início do meu pós-doutorado. Nesse caso, visualizo a figura do Professor Visitante como resultado de um ato administrativo do governo estadual, cuja modalidade de contratação favorece a atração de professores para os programas de pós-graduação das universidades estaduais. Isso colabora com o fortalecimento da agenda de pesquisa desses programas, que podem contar com jovens pesquisadores e/ou professores mais experientes. Individualmente, permite-me adquirir experiências que vão agregar em minha trajetória futura, sobretudo, porque posso atuar diretamente com os temas de pesquisa que tive contato durante toda minha pós-graduação.

E isso nos traz ao último elemento que gostaria de destacar, o qual diz respeito à inestimável contribuição das instituições de ensino superior para o território em que elas estão sendo instaladas. E nisso a região Nordeste beneficiou-se bastante, com inúmeros exemplos. No caso do PERPP, trata-se do único programa com enfoque acadêmico em Economia Regional de todo o estado da Bahia, com 12 anos de existência, tendo iniciado seu doutorado desde o ano de 2024. São inúmeras as contribuições que o PERPP tem dado ao avanço do pensamento científico e ao desenvolvimento regional, porque se aprofunda nas questões relativas ao território, de modo geral, e a seu entorno, de forma mais específica.

Em resumo, esses três elementos ilustram que o processo de interiorização do ensino não se dá apenas pela nova localização descentralizada das Universidades, mas também pelo conjunto de ações que permitem a (re)alocação e distribuição de recursos, de pessoas e de conhecimentos em diferentes porções do território.

IG: No segundo semestre de 2024, o curso de Ciências Econômicas da UESC, sob sua coordenação, fez uma parceria com o poder público municipal de

Itabuna, para treinamento de um grupo de servidores. Fale um pouco do que é esse projeto. Além de iniciativas como essa, quais outras atividades de extensão podem ser pensadas para promoção do desenvolvimento local?

Foi uma atividade de extensão que fizemos com os alunos da graduação em Ciências Econômicas, dentro da disciplina de Práticas Extensionistas, ofertada pelo colegiado do curso. Este, aliás, é outro aspecto importante da interiorização do ensino superior no país, que complementa a pergunta anterior: a capacidade destas instituições de atuarem sobre o território através das atividades de extensão, que é um dos pilares da Universidade. Penso, inclusive, que, cada vez mais, essas atividades tenham mais peso na hora de avaliar as universidades e os docentes que nelas atuam.

Nosso projeto teve por nome “O uso de bases de dados para construção de indicadores socioeconômicos”, cujo objetivo era difundir a utilização de ferramentas e técnicas de análises de dados com foco no acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Tínhamos como público-alvo gestores públicos, representantes de movimentos sociais rurais e urbanos, além de estudantes de graduação e pós-graduação. Ou seja, nosso foco era atuar com os grupos de interesse ou segmentos sociais que participam, de uma maneira ou de outra, da construção, do acompanhamento e/ou da avaliação de políticas sociais nos municípios da região Sul do Estado da Bahia.

Fizemos a atividade por intermédio do Projeto LabCidades, uma ação continuada de extensão do DCEC-UESC, com vistas a formação e desenvolvimento de soluções para políticas urbanas e planejamento público municipal. A atividade se justificava pela necessidade de aprimorar e difundir o uso de ferramentas de análises de dados em um nível maior de acessibilidade para usuários de diferentes grupos de interesse. Nesse sentido, dava ênfase na importância de que os profissionais que atuam na gestão pública fossem capazes de gerir com eficiência os recursos disponíveis, prezando pelo interesse social e coletivo. Daí a parceria com a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Itabuna que topou o projeto e viabilizou a participação de um grupo de servidores durante dois dias de oficinas, em novembro do ano passado, no nosso Laboratório de Informática.

A primeira edição foi muito bem aceita tanto pelos discentes que participaram da disciplina e agregaram conhecimentos importantes em sua formação, como pelos participantes das oficinas, cujo público foi até maior do que os servidores municipais de Itabuna. Neste semestre, realizaremos novamente a atividade, incorporando outros públicos e aproveitando o máximo dessa primeira experiência. Com o tempo, esperamos que se torne uma ação de extensão contínua da Universidade, valorizando sua histórica capacidade de atuar sobre o território em que está inserida, uma região de Mata Atlântica.

Pesquisa de Campo

Entre gados, cercas, eucaliptos e soja: relatos da viagem ao Tocantins



Railene de Souza Veloso

Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Pesquisadora do GETETE.

Fernando Macedo

Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Coordenador do GETETE.

Breve apresentação da pesquisa

Entre os dias 2 e 9 de dezembro realizamos pesquisa de campo no interior do estado do Tocantins e Maranhão, em companhia do Prof. Atamis Foschiera (UFT, Campus de Porto Nacional) que nos explicou com o seu olhar de geógrafo a espacialidade da produção do estado onde trabalha, suas nuances e especificidades, além de compartilhar relatos de sua longa experiência nos estudos sobre esse território. Um registro especial vai para o motorista Euvaldo Belém, que nos arrancou boas risadas, contou muitas histórias (algumas tipicamente de pescador) e, gentilmente, foi nosso fotógrafo na maior parte do tempo.

A pesquisa realizada deriva do projeto “A fronteira agromineral do Centro-Norte do Brasil: políticas, planejamento regional e transformações socioterritoriais recentes” [CNPq 408154/2023-3], coordenada pelo Prof. Vicente Alves, e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do edital Universal de 2023. A investigação busca entender as transformações econômicas e socioespaciais da região centro-norte do Brasil associadas à presença crescente de novos agentes econômicos empresariais, os quais definem estratégias próprias para a instalação na região que mormente desestruturam antigas formas de reprodução da vida que secularmente estavam estabelecidas. Com isso, são gerados diversos impactos locais.

A investigação tem como hipótese central que esses agentes possuem grande interesse por essa região devido a possibilidade de reprodução ampliada do seu capital a partir da apropriação dos abundantes recursos naturais, do acesso a recursos públicos subsidiados (os fundos públicos) e da disponibilidade de força de trabalho a baixo custo.

Entender a entrada desse capital na região visitada e, principalmente, o impacto de suas estratégias sobre as populações locais foi o foco desse trabalho de campo.

A região visitada: breve caracterização

Foram 13 municípios visitados⁴, ao longo de mais de 2,3 mil quilômetros percorridos no interior do Tocantins mais um pequeno trecho do Maranhão. A equipe dialogou com muitas pessoas, dentre elas lideranças, presidentas(es) de sindicatos/associações e outras que estão na luta pelo direito à terra e/ou seu acesso justo. Esse grupo foi por nós denominado de agentes não-hegemônicos do processo de expansão do agronegócio. Nossa intenção foi ouvir como essas pessoas interpretam o avanço do agronegócio e como são (ou não) atingidas por ele. As visitas foram centradas principalmente em projetos de assentamentos, sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, acampamentos de sem terras, cooperativas, além de visitas técnicas à Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo (EFABIP) e à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Palmas (TO), na última para conhecer a visão e o papel dessa instituição diante desse processo.

É importante destacar que todo o território do Tocantins está inserido na região do MATOPIBA⁵ que corresponde a área de expansão do agronegócio globalizado. As visitas de campo centraram-se principalmente na região do Bico do Papagaio, que possui

4 São eles: Pedro Afonso (TO), Araguaína (TO), Wanderlândia (TO), Darcinópolis (TO), Araguatins (TO), Buriti (TO), Esperantina (TO), Augustinópolis (TO), Axixá do Tocantins (TO), Itaguatins (TO), Carolina (MA), Riachão (MA), Campos Lindos (TO). Poderíamos incluir também Palmas (TO), Lajeado (TO) e Balsas (MA); no primeiro fizemos entrevista com pesquisadores; nos outros dois, observamos a paisagem, assim como em Axixá do Tocantins onde a pessoa entrevistada não estava na cidade e fomos encontrá-la no assentamento onde fica sua terra; e Araguaína onde apenas dormimos.

5 Decreto presidencial de 2015, cujo acrônimo designa a região que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia como áreas de expansão do agronegócio.

especificidades (inclusive do ponto de vista da localização) e um histórico de conflitos agrários, como mostra a bibliografia que tem se ocupado de estudá-la e como foi possível observar nas conversas realizadas.

O Bico do Papagaio está situado no extremo norte do Tocantins, fazendo fronteira com os estados do Pará e Maranhão. Em seus 25 municípios⁶, abrigava 223.786 pessoas no último censo demográfico (IBGE, 2022), respondendo a 14,8% da população do estado. Caracteriza-se por sua posição estratégica entre dois grandes rios, Araguaia e Tocantins – cuja confluência teria inspirado seu nome – e por se tratar de uma área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica.

A diversidade dos seus recursos naturais sempre foi uma característica marcante do Bico do Papagaio. Soares (2009) aponta que isso está, inclusive, como um dos principais componentes do processo de ocupação e formação dos núcleos permanentes de povoamento da região, cujas principais frentes se apoiaram em: 1) pecuária, para aproveitamento dos campos cerrados; 2) extrativismo de produtos como caucho⁷, castanha e babaçu, articulada à extração florestal; 3) agricultura de subsistência, baseada em conhecimentos indígenas.

Essas frentes foram determinantes para a conformação produtiva da região e continuam a desempenhar um papel central em sua estrutura econômica, sobretudo no que tange o extrativismo e a agricultura (agora familiar) para os agentes não-hegemônicos – com participação ativa nesse território, desde o seu processo de ocupação. Isso porque, conforme destacado por Soares (2009), esses agentes têm suas trajetórias de vida marcadas pela transformação produtiva da paisagem natural, em que as áreas naturais são convertidas em pastagens, como principal forma de exploração do ecossistema.

O começo da jornada

6 Quais sejam: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Teresinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Tocantinópolis.

7 Árvore de onde se extrai látex para produção de borracha.

Sáimos de Palmas por volta das 8h15 do dia 2 de dezembro. As condições da TO-010 estavam razoáveis no trecho inicial por onde rodamos, embora não fosse esse o padrão de toda a rodovia. Logo depois da capital, no trajeto que fazíamos para Tabocão – onde almoçaríamos -, já avistamos imóveis em áreas de preservação ambiental em torno do lago da represa da UHE Luís Eduardo Magalhães (Foto 1), mais conhecida como Usina do Lajeado, uma alusão ao município homônimo, de 3.357 habitantes⁸, onde ela está localizada. O lago artificial formado pelo barramento abrange 750 km² de área total e atinge os limites territoriais dos municípios de Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras⁹.

O Ministério Público Estadual – MPE tentou barrar as construções residenciais entre a rodovia e o lago. A luta do MPE contra a ocupação irregular se enfraqueceu à medida que o tempo passou e os moradores que ocuparam a área foram se organizando, com vistas a regularizar a situação. A presença de um ex-governador dentre os então novos ocupantes tornou a luta da procuradoria muito mais difícil, dificuldade que se ampliou à medida que o tempo passou e a usina, já instalada e funcionando, tirou da mídia o foco dessa agressão ambiental.

Figura 10. UHE Luís Eduardo Magalhães, Lajeado (TO)



8 Desse total, 72,5% encontram-se no meio urbano.

9 Fonte: Venâncio e Chelloti, 2021, p. 409.

Fotógrafo: Fernando Macedo. Acervo particular de Fernando Macedo.
Lajeado (TO), 02 dez. 2024.

Os pobres que residiam na área, como ocorre costumeiramente em situações de construção de grandes obras de infraestrutura, foram expulsos de seus lugares de residência. Eles foram alojados em assentamento rurais criados entre Palmas e Porto Nacional graças à luta do Movimento pelos Atingidos por Barragem – MAB, o que mitigou os danos sociais dessa obra, cujo início de operação se deu em dezembro de 2001, três anos após autorização para sua construção.

A paisagem no caminho até Araguaína¹⁰, onde pernoitamos, dividia-se entre plantação de soja e pastagem para gado (natural e plantada). A presença do rebanho à margem da estrada é constante. O município de Pedro Afonso¹¹, onde paramos para entrevistar um sindicalista, apresenta-se como um caso particular no estado, com sua agricultura dividindo-se entre cana-de-açúcar (há presença de uma usina da Bunge que monopoliza a compra da cana da região) e soja, além de um experimento de um produtor local em seringueiras (Foto 2). É possível, inclusive, ver as três culturas convivendo lado a lado.

Figura 11. Da esquerda para a direita: Plantação de cana, rodovia TO-010, plantação de soja e seringueiras, Pedro Afonso (TO)



Fotógrafo: Atamis Foschiera. Acervo particular de Atamis Foschiera. Lajeado (TO), 02 dez. 2024.

10 Araguaína tinha população de 171.301 residentes, segundo censo demográfico de 2022, sendo 97,2% urbana.

11 A população de Pedro Afonso em 2022 era de 14.055 pessoas, com 91,8% delas residindo na zona urbana.

Em Pedro Afonso conversamos com o senhor Luís Tavares de Oliveira, presidente do Sindicato Regional dos Trabalhadores de Pedro Afonso, Bom Jesus, Santa Maria, Tupirama e Centenário. Luís nos informou que a soja é plantada por grandes produtores e comercializada pela Coapa¹²; os pequenos produtores, base do sindicato que preside, dedicam-se à plantação de subsistência (milho, feijão e mandioca principalmente, e produção de farinha) e à criação de animais.

O excedente dessa pequena produção é comercializado na feira de Pedro Afonso que recebe produtores e consumidores dos municípios próximos, o que indica uma certa centralidade dessa cidade na região (só Pedro Afonso tem feira, o que já lhe confere destaque na rede urbana sub-regional), o que pode ser confirmada por sua classificação como Centro de Zona B, pelo REGIC/IBGE de 2018. O leite é vendido de porta em porta, pois não há laticínio no município. Os produtores atendem aos 30% da obrigatoriedade do Programa de Alimentação das Escolas - PNAE, mas poderiam vender mais, pois têm capacidade de oferta para tanto. Vale lembrar que 30% é a exigência mínima, portanto, parece haver margem para as prefeituras comprarem mais desses produtores, o que seria um importante estímulo à economia local.

Não existe problemas de convivência entre os produtores de soja e cana e os pequenos produtores, segundo Luís. Houve no passado, mas está superado desde que proibiram – há muito tempo (ele não precisou quando) - a pulverização com uso de agrotóxicos por meio de aviões nas plantações daquelas culturas da região (especialmente cana).

Para ele, “Pedro Afonso está desenvolvido por causa dessa soja, antes aqui não tinha nada. Após o Prodecer chegar, houve o avanço da cidade”. Essa visão positiva do sindicalista em relação ao Prodecer¹³ e à chegada da soja, nos faz levantar a hipótese sobre haver (ou não) diferenças nos impactos sociais entre o avanço dessa cultura por iniciativa de capitais privados que migraram para o centro-norte “voluntariamente” e seu avanço por meio de programas públicos de incentivos para eles: o primeiro, mais con-

12 Cooperativa Agroindustrial do Tocantins, fundada em 27 de junho de 1998 da necessidade de organização e desenvolvimento dos produtores integrantes do PRODECER III - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrados.

13 O PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados), foi instituído em 1979 e teve como objetivo tornar a região dos Cerrados produtiva.

flutuoso com as populações locais; o segundo, menos. Vale lembrar que esse programa cumpriu papel geopolítico decisivo na integração dos cerrados brasileiros à economia mundial:

De todos os programas e projetos implementados e executados, o PRO-DECER foi o mais importante e um dos principais responsáveis por mudanças significativas em parte dos territórios com cerrados da região Centro-Oeste e dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Tocantins a partir do início da década de 1970. O programa foi executado em consonância com as diretrizes apresentadas como estratégia para o desenvolvimento agrícola no II PND, que priorizavam a ampliação da fronteira agrícola nos cerrados, os incentivos à produção de grãos, a mecanização da produção agrícola e o aumento da entrada de insumos para a produção (fertilizantes e defensivos agrícolas) (SANTOS, 2016, p. 393)

Posteriormente, houve a chegada da Bunge¹⁴ que gerou empregos, embora a usina não compre nada na cidade, segundo ele nos informou¹⁵. Houve aumento dos preços dos aluguéis com a presença da empresa, problema que Luís considera menor, compensado pelo crescimento que a presença dela ocasionou.

Alguns produtores de soja, vindos do Proceder, venderam as terras à Bunge que produz a cana num raio de 60 km da usina. A Bunge também teria contratado jovens locais – especialmente no começo – o que deixou os assentamentos e as pequenas propriedades com pessoas mais envelhecidas (esse processo de afastamento do jovem do campo já vinha acontecendo antes, segundo o próprio Luís, com a saída dos jovens para estudar nas cidades). Operadores de máquinas (é visível a mecanização no plantio e colheita) e caminhoneiros foram profissões que cresceram, na visão dele.

14 “A construção da usina Pedro Afonso teve início em janeiro de 2009 e em julho de 2010, a unidade já havia iniciado a operação em caráter experimental. Desde maio deste ano, a usina está em plena atividade. O plantio do canavial teve início em julho de 2007, com um viveiro de mudas em 237 hectares. Hoje, são mais de 24 mil hectares plantados e a projeção até 2012 é de atingir 32 mil hectares de cana-de-açúcar na região. Em parceria com centros de pesquisa, a Bunge se dedicou também à inovação ao desenvolver variedades de cana-de-açúcar específicas para o clima e o solo da região”. Informação retirada do site da empresa em <https://www.bunge.com.br/Press-Releases/Bunge-inaugura-usina-em-Pedro-Afonso-TO>. Acesso, 18 de fev. 2025.

15 Esse parece mais um exemplo de uma empresa que causa impacto positivo quando chega no município muito mais pelo crescimento da massa salarial e praticamente nada pelo encadeamento setorial que (não) proporciona.

O presidente estima que cerca de sessenta por cento de seus associados acessa alguma linha de crédito oficial, especialmente o Pronaf; o restante tem dificuldades por não conseguirem cumprir as exigências. Interessante observar o papel das políticas públicas. Assim como identificou o Prodecer como importante para o município, Luís informa que programas federais como o Luz para Todos fizeram os agricultores se aproximarem mais do sindicato, pois o acesso a essa política depende de documentos fornecidos por sua instituição.

A resistência popular e a força das mulheres

Das muitas reflexões que conseguimos extrair dessa vivência de campo, compartilhamos nesta seção a visita que fizemos ao P. A. Amigos da Terra (Darcinópolis - TO), onde conversamos com Domingas Alves, presidenta da Associação desse assentamento e da COOAFETO, Cooperativa da região. Ela nos relatou sobre o processo de luta por aquela terra, que se deu de forma muito intensa e conflituosa, já que se tratava de terra de fazendeiros. Domingas nos explicou a dificuldade de ser mulher e estar na função de presidenta.

É muito difícil de aceitar que uma mulher está à frente de uma organização, de uma entidade”. Reconhece o machismo impregnado, tanto internamente quanto fora do P.A., mas faz questão de reforçar: “Eles têm uma mania de dizer que eu sou “mulher macho”. Eu digo: Não! Eu sou uma mulher... e muito mulher.

A assentada revelou que estão ilhados pelo avanço do agronegócio, algo que a paisagem ao longo do trajeto foi denunciando. Destacou, inicialmente, a presença da soja, que gerou impacto inicial negativo pelo desmatamento e uso de agrotóxico. Depois, ela mencionou a presença crescente do eucalipto, para atender à demanda da Suzano, na unidade de Imperatriz (MA). Domingas informou que desde a chegada da empresa os efeitos deletérios se fizeram sentir pelo avanço do desmatamento gerado por essa cultura. Contou-nos que na primeira chuva após o desflorestamento – sem o anteparo das árvores para diminuir a intensidade dos ventos – 140 das 159 casas que

compõe o P.A. foram destelhadas. Isso provocou transtornos e sofrimento. Além disso, foi apontado também o uso de veneno – cujo manejo era feito antes por avião e agora por drone – atingindo fortemente a pequena produção da agricultura familiar.

Ouvimos também que há um grande esforço de articulação do trabalho coletivo, sobretudo das mulheres, que, majoritariamente, encabeçam os diversos projetos de emprego, renda, produção e qualificação da força de trabalho desenvolvidos no assentamento e pela cooperativa. É comum, em tais projetos, parcerias com Seagro, Senar, Sebrae, Ruraltins, UFNT e, inclusive, com a própria Suzano, o que revela as contradições da relação capital trabalho nesse território.

Desde 2010 há iniciativas da empresa para adoção de políticas compensatórias para mitigar os impactos gerados pela plantação de eucaliptos. No entanto, isso sempre foi algo que provoca resistência, tanto internamente quanto na visão de outras comunidades da região. Mais adiante, veremos que há lideranças que preferem manter distância da Suzano e criticam posições como a de Domingas.

Domingas explicou que essas ações compensatórias ocorrem porque a Suzano quer manter o selo de exportação. Ela entende que a cultura do eucalipto gera impactos e que a empresa os prejudica sob várias frentes. No entanto, essa situação abre espaço à organização coletiva para assegurar os direitos dos assentados através de medidas compensatórias. Nisso ela é taxativa: “Nós vamos entender que não é uma esmola, é um benefício e um direito que nós temos”. Também foi enfática ao dizer que essa é uma relação exclusiva com a Suzano, pois o eucalipto gera muito mais impacto do que a soja, segundo ela. Nessa cultura, aliás, não há qualquer tipo de contato com os produtores. “(...) em relação à soja, eles não estão nem aí para nada (...) com esses plantadores de soja não têm nada dessa questão do social”.

Sobre os projetos que foram desenvolvidos junto à Suzano, tomamos conhecimento da contratação das mulheres para confecção de máscaras para atender demandas da empresa durante o período de pandemia. Dessa experiência resultou uma parceria com a Rede Asta, que culminou em um documentário chamado “Fio de Afeto”, disponível no Globoplay, no qual Domingas é uma das 8 mulheres que têm a sua história contada no longa. Outra parceria importante, é a instalação dos equipamentos necessários para uma casa de polpas para a Cooperativa, numa área que estava sendo adaptada para o funcionamento da unidade produtiva. Visitamos o espaço e já há uma

estrutura bem encaminhada. Foi relatado que há um mercado suficiente para os produtos, o que está gerando expectativas otimistas para as pessoas envolvidas no projeto, que esperam, a partir dele, aumentar a renda familiar. Tal expectativa, do ponto de vista mercadológico, faz sentido, especialmente se a produção se diferenciar por ser ambientalmente sustentável.

O P. A. tem uma proposta de trabalhar com agroecologia, o que tem se mostrado um desafio, frente as constantes ameaças pelo uso de agrotóxicos nas atividades articuladas ao agronegócio, que atingem os produtos da agricultura familiar. Hoje, há um grande apelo para produção agrícola sustentável, com uso de produtos orgânicos em substituição aos produtos químicos, especialmente os agrotóxicos. Embora haja um agricultor ou outro que ainda insiste no uso desses, Domingas destaca que há uma mudança na mentalidade, dada a certificação que eles possuem e que valoriza comercialmente os produtos agroecológicos, o que tem motivado os agricultores a adotarem manejos mais sustentáveis e aumenta a chance de sucesso da casa de polpa num segmento mais exigente do mercado.

Muitas questões foram abordadas nas quase duas horas de conversa com Domingas, quando a equipe mais escutou do que perguntou. Refletir com os camponeses sobre o processo de luta pela terra, que ainda é uma questão não resolvida no Brasil, é sempre um aprendizado. Observar in loco como o agronegócio avança pela região e como as pessoas que ficam à margem do progresso capitalista tem reagido a isso é uma vivência importante para quem faz pesquisa sobre o tema.

Domingas nos ensinou que, com lucidez e consciência, é possível construir parcerias para promover melhorias e garantir dignidade aos seus, mesmo em contexto desfavorável para as trabalhadoras e trabalhadores, no qual predomina a força do capital. Para ela, isso é também uma forma de resistir a essa investida desenfreada de uma cultura que atropela as terras e não respeita as populações locais, embora, é bom ressaltar, essa visão esteja em disputa, como veremos na seção seguinte.

Figura 12. Da esquerda para direita: Atamis Foschiera, Railene Veloso, Domingas Alves e Fernando Macedo na sede da Coafeto.



Fotógrafo: Euvaldo Belém. Acervo particular de Fernando Macedo. Darcinópolis (TO), 03 dez. 2024.

Mais mulheres na luta e a diversidade de interpretação

Este Informativo, que já prestou homenagem a uma Maria, não poderia deixar de falar sobre outra neste relato, a Maria Senhora. Essa Maria é daquelas pessoas que você conhece e pensa: “é nela que Milton Nascimento e Fernando Brant se inspiraram!”. Mulher de força, de raça, daquela gente que ri quando deve chorar... mas essa vive e aguenta, aguenta com firmeza a potência que é ser ela. E é sobre essa mulher que nos recebeu com alegria, nos contou um pouco da sua vivência (tão intensa) com leveza – nos tirando bons risos – e ensinando muito sobre a sua luta pela terra¹⁶, que apresentaremos nesta seção

Sua trajetória na luta pela terra começou ainda na ditadura militar, entre 1979 e 1982, iniciando na Igreja Católica, sem vínculo com sindicatos. Em 1983, com a chegada do Padre Josimo¹⁷ à região, esse movimento ganhou força. Posteriormente, filiou-se ao sindicato, onde atuou como presidenta por oito anos e permaneceu sempre ativa, independentemente de ocupar cargos de gestão. Atualmente, integra a Cooperativa (UNICAF) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de sua região. É conselheira da ONG APA-TO (Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins) e já exerceu o cargo de

¹⁶ O parágrafo faz referência à música Maria, Maria de Milton Nascimento e Fernando Brant.

¹⁷ Josimo Moraes Tavares (1953-1986) foi um padre católico brasileiro, ligado à Comissão Pastoral da Terra. Foi assassinado a mando por fazendeiros da microrregião do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, por sua defesa dos trabalhadores rurais e pela reforma agrária.

Secretária de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET). Junto com os movimentos sociais e sindical, teve participação ativa e forte articulação na implementação da Escola Família Agrícola (EFA) da região.

Ao comparar os conflitos recentes com os do passado, Maria Senhora afirmou que a situação piorou. Ela destacou a descoberta de comunidades quilombolas na região, que antes eram desconhecidas. Atualmente, existem duas ou três dessas comunidades cujas terras estão sob disputa. “A gente nunca soube, sabia, que aquele povo lá era quilombola. Eles já ocupavam aquele território, mas só agora estamos descobrindo”, explicou. Segundo ela, a regularização dessas terras para as comunidades quilombolas provavelmente vai gerar conflitos graves.

Isso porque, segundo ela, tais terras estão ocupadas por grande número de cabeças de gado e são frequentadas por muitas pessoas de fora da região. É o que diz: “Aqueles homens tudo brancão, chapeuzão, mulher loura, que não é gente daqui. Então eles estão tanto do lado de cá, quanto do lado de lá. É esquisito. Está dentro da terra deles”. E compartilhou mais: “a gente vai para (informação preservada) lá pra essa (informação preservada) lá, que é o nome, da comunidade lá. A gente passa por dentro das terras do prefeito, do vereador. Tudo cheio de gado. Na beira do rio. E o pior, que ainda tem uma draga lá, tem um vereador lá que vende areia e pedra nesse bico todo. Tem chácara (...)”.

Comentou ainda sobre a presença de eucaliptos na região, que divide a paisagem com gados e pastos. Embora não haja cultivo de soja na área, existe muito receio com sua possível chegada. Ela destacou sua preocupação com a atuação da Suzano dentro de assentamentos locais, dialogando com assentados, associação e realizando financiamentos sob a justificativa de compensação ambiental, numa posição diferente daquela defendida por Domingas. Maria Senhora faz questão de apontar a existência de um embate entre o movimento Sindical e a Suzano na regional do seu raio de atuação.

Mas é assim. O povo não tá acabando o conflito, não. É o contrário. É uma guerra. Porque a briga vai ser praticamente dos anos 80. Não vai ser diferente, não. E agora é com muita coisa grande. Tem fazendeiro dentro dos assentamentos. As reservas tá tudo ocupada. Tudo ocupada. As reservas dos assentamentos. Ocupada não pelos assentados. Não pelos assentados, por outro povo. Que não tem nada a ver. Tem delegado, tem pastor. Ainda vou descobrir.

Novamente vem a questão: “Essa é também uma forma de resistir a essa investida desenfreada de uma cultura que atropela as terras e não respeita seu povo?” A longa conversa tratou de outros temas ligados ao cotidiano de Maria, do sindicato, da luta diária frente aos avanços do agronegócio na região. Terminamos a prosa, como não poderia deixar de ser, com um açaí servido com um pouco de farinha de puba, ambos produzidos localmente. Em nós, como tem sido a cada conversa, a cada visita, mais uma vez ouvir e reconhecer que o território abriga interesses diversos, que vão muito além dos associados ao agronegócio e seus grupos aliados. E que há muitas pessoas que estão (r)existindo no cotidiano, na luta, frente ao desenvolvimento das forças produtivas que desvalorizam a diversidade do território e tentam impor uma lógica única de reprodução da vida.

Figura 13. Da esquerda para direita: Fernando Macedo, Maria Senhora, Railene Veloso e Atamis Foschiera, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.



Fotógrafo: Euvaldo Belém. Acervo particular de Fernando Macedo.

Esperantina (TO), 05 dez. 2024

E os que lutam para serem assentados? - os acampamentos dos sem terras à beira da estrada

Ao longo da viagem, a paisagem sempre esteve composta pela presença de acampamentos de sem terras, seja fora das cercas – às margens da rodovia – ou dentro delas – em terras particulares, o que evidencia a luta constante pelo acesso à terra que historicamente marca essa região. Tivemos a oportunidade de visitar um desses acampamentos – o Carlos Marighella – de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Araguatins.

Após ouvir as acampadas e os acampados do Carlos Marighella, começamos a nos perguntar, sempre que passávamos por acampamentos na estrada: “há quanto tempo essas pessoas estão nesse lugar?”. Isso porque, nessa visita, Luziene¹⁸ (presidenta do Marighella) nos informou que o acampamento existe desde 2013. São 12 anos de espera às margens da rodovia, na esperança de conseguir um pedaço de terra. Luziene e os coordenadores do acampamento informaram que este é um período de muita angústia, pelas incertezas presentes. A expectativa é que até o final de 2026 a situação do acampamento se resolva e o acesso à terra seja garantido. Os coordenadores do movimento acreditam que as eleições de 2026 poderão sepultar a regularização do acampamento, caso o grupo político que esteve no governo federal entre 2019 e 2022 vença a próxima eleição presidencial.

Para garantir a subsistência enquanto aguardam a posse da terra, muitos trabalham na área urbana de Araguatins, atuando como pedreiros, diaristas e em outras ocupações de baixa qualificação.

A luta pela terra nesse acampamento é antiga e marcada por uma história de resistência. Embora as terras sejam de propriedade do Estado do Tocantins – eles estão do lado de fora das cercas –, o acampamento está cercado por fazendeiros que demonstram interesse na área e com os quais frequentemente entram em conflito. Foram inúmeros os relatos sobre confrontos com os fazendeiros; situações de violência, ameaças de morte, morte, ataques aos barracos e outras formas de violência persistem ao longo dos anos.

É importante ressaltar que a violência não se restringe à agressão física, mas é também moral e simbólica. O relato de uma das acampadas é constrangedor: enquanto

18 Não foi feito registro do sobrenome da entrevistada.

tomava banho no acampamento, um drone pertencente às fazendas situadas dentro das cercas, a filmava, numa evidente violação de privacidade. Situações constrangedoras como essa se tornaram comuns no lugar.

Figura 14. Equipe, presidenta Luziene (mais à esquerda) e coordenadores(as) do Acampamento Carlos Marighella



Fotógrafo: Euvaldo Belém. Acervo particular de Fernando Macedo. Araguatins (TO), 04 dez. 2024.

Palavras finais

Esse trabalho de campo foi fundamental para entender in loco as transformações que vem acontecendo no território visitado e como isso tem impactado sua gente. Nós pesquisadores, estamos sempre lendo, investigando, aprendendo um pouco sobre isso através de muitos meios (livros, internet, conversas com outros pesquisadores em eventos acadêmicos...), mas, por vezes, generalizamos algumas questões e acabamos negligenciando a voz de quem está ativamente no processo – atuando e/ou sendo atingido por ele. A pesquisa de campo possibilita essa escuta mais sensível e permite tecer conclusões mais realistas sobre os processos estudados.

Em produções futuras divulgaremos mais do material que coletamos, apesar de haver a sensação de que não conseguiremos transcrever tudo que presenciamos, como as lágrimas do Francisco (Tim)¹⁹, quando recordou da morte do Padre Josimo, um histórico aliado na luta pela terra, fazendo nossos olhos marejarem ao ver e sentir a dor e o choro de um agente não hegemônicos na resistência contra o rolo compressor do capital. Ou mesmo da Eudione Bezerra da Silva, militante e gestora da educação local, que chorou ao lembrar das crianças de 4 anos que precisam pegar 12 km de ônibus em estrada de chão para ir e voltar da escola, porque o serviço não é ofertado no assentamento. Enfim, são muitos relatos impactantes que refletem histórias de lutas, que tendem a se acentuar.

No fim, a pergunta que circundou foi: “Há um padrão de resistência ou cada um resiste como pode?” Deixamos para o leitor a resposta. Mas há muito o que refletir, pensar e aprender.

Foi uma semana de intensa escuta, aprendizado e reflexão, ouvindo pessoas diretamente impactadas pelo avanço do capitalismo financeirizado no campo da região. Essa viagem permitiu aos pesquisadores uma compreensão mais aprofundada sobre os efeitos do agronegócio na região, suas repercussões e contradições na vida dos trabalhadores e agricultores rurais, frequentemente violados em seus direitos e marginalizados pelo modelo econômico vigente.

19 Francisco Gomes da Silva é presidente da APA-TO e da Associação do Assentamento Ouro Verde, além de liderança ativa no Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região.

Evento: O Nordeste brasileiro no século XXI: Economia, geografia e cultura



Fernando Macedo

Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Coordenador do GETETE.

O Getete organizou, no dia 31 de outubro de 2024, o evento O Nordeste Brasileiro no século XXI: Economia, Geografia e Cultura. A atividade contou com apoio da Pró-Reitora de Extensão, Esporte e Cultura da Unicamp (PROEC), através de sua Diretoria de Cultura (DCult) e foi uma ação conjunta entre o Instituto de Economia (IE) e o Instituto de Geociências (IG), através dos professores Fernando Macedo (IE) e Vicente Alves (IG) que idealizaram o seminário.

Figura 15. Cartaz do evento O Nordeste brasileiro no século XXI: Economia, geografia e cultura



Fonte: Acervo Getete. Ilustração do artista Silva Barros (Quixadá-CE).

O evento apresentou os processos socioeconômicos e territoriais do Nordeste no século XXI. A proposta decorreu das atividades de ensino dos proponentes que desde 2019 ministram a disciplina de graduação Geografia Regional do Brasil: Nordeste que discute a formação socioterritorial dessa região, numa perspectiva histórica, geográfica e econômica, analisando os processos de territorialização do capital no campo e na cidade. O evento decorreu, também, dos trabalhos de extensão, cultura e de pesquisa dos proponentes que há anos estudam essa região.

Figura 16. Cartaz da programação evento O Nordeste brasileiro no século XXI:
Economia, geografia e cultura

**O NORDESTE BRASILEIRO
NO SÉCULO XXI
ECONOMIA, GEOGRAFIA
E CULTURA**

**31 DE OUTUBRO DE 2024
SALA DE CINEMA DA CASA DO LAGO**

PROGRAMAÇÃO

14:30 ABERTURA: FERNANDO MACEDO (IE/UNICAMP) E VICENTE ALVES (IG/UNICAMP)	17:00 INTERVALO
15:00 MESA REDONDA: AS PERSPECTIVAS ECONÔMICAS E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS PRODUZIDAS PELO AGRONEGÓCIO NO NORDESTE BRASILEIRO. PROFESSORAS TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO (UFPE/CEPLAN) [ON LINE] E DENISE ELIAS (UECE) MEDIADOR: VICENTE ALVES (IG/ UNICAMP)	17:30 LANÇAMENTO DE LIVRO: "O NORDESTE EM PROSA E CORDEL" FERNANDO MACEDO (GETETE/IE/ UNICAMP) E RODRIGO MARQUES (LABSUL/FECLESC/UECE)
	18:30 ATRAÇÕES CULTURAIS: MADUREIRA ARMORIAL E O CORDELISTA SAMUEL DE MONTEIRO

CERTIFICADO PARA
OS PARTICIPANTES!
INSCRIÇÕES NO LINK

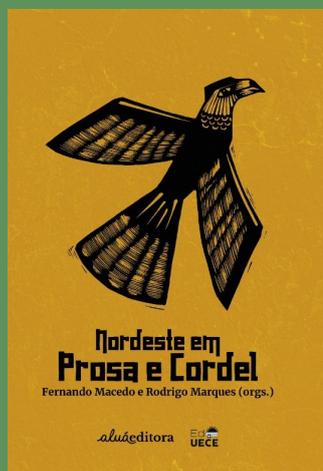
Logos: UNICAMP, PROIEC (Pró-Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura), DCult (Diretoria de Cultura), IE (Instituto de Estudos), REDES, Espaço Cultural CASA DO LAGO

Fonte: Acervo Getete. Concepção do artista Silva Barros (Quixadá-CE).

O evento foi concebido para apresentar a região Nordeste tanto numa perspectiva acadêmica e científica, como através de suas manifestações culturais. Por isso foi dividido em três momentos: 1) Palestra com as professoras Tânia Bacelar de Araújo (UFPE/CEPLAN), que esteve on line, e Denise Elias (UECE). As duas professoras, referências nos trabalhos sobre a região, discutiram as principais transformações no Nordeste brasileiro neste século a partir de suas pesquisas e experiências profissionais; 2) lançamento do livro *O Nordeste em prosa e cordel*, com palestra dos professores Fernando Macedo e Rodrigo Marques. O livro, cuja resenha pode ser lida neste Informativo, é o resultado das pesquisas dos dois docentes sobre a região e de seus trabalhos artísticos. Os textos em prosa descrevem a evolução da região, suas mudanças recentes e suas características socioculturais e econômicas. Os cordéis do livro espelham as manifestações culturais do Nordeste; 3) Espetáculo com os artistas nordestinos Samuel de Monteiro (cordelista da Paraíba radicado em Campinas) e o grupo Madureira Armorial que apresentaram músicas, poesias e muitas histórias da região, especialmente do Nordeste sertranejo.

O Getete, com este evento, reafirmou seu compromisso de compreender o desenvolvimento regional brasileiro através de suas múltiplas determinações, de forma multidisciplinar e valorizando a diversidade deste país. Foi isso que o evento mostrou.

Dicas de Leitura I



Nordeste em prosa e cordel

MACEDO, F.; MARQUES, R. (orgs.). Nordeste em prosa e cordel. Quixadá (CE): Aluá Edições, 2024.

Por Pedro Claesen Dutra Silva

Ao ler o livro organizado pelos professores Rodrigo e Fernando, imediatamente me veio à mente o poema do grande Patativa do Assaré: **“Nordestino sim, nordestinado não!”**

Os versos do poeta cearense sintetizam o espírito da obra que temos em mãos. Desde as reflexões sociológicas que abrem cada capítulo até os cordéis que ilustram e desvendam os diversos temas envolvidos por acadêmicos e artistas como Fernando Macedo, Rodrigo Marques, Natanael Feijão,

Trata-se de um estudo poético-sociológico (ou, se preferir, socio-poético) sobre a história, a cultura, as contradições socioeconômicas e os dilemas contemporâneos do que chamamos de Nordeste. E aqui, a própria ideia de “Nordeste” é tensionada, retomando conceitos centrais de dois grandes pensadores nordestinos/brasileiros: Belchior e Durval Muniz.

Quando o músico cearense canta que **“o Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!”**, ou quando o historiador paraibano reflete sobre A Invenção do Nordeste, ambos nos provocam a desconstruir uma visão cristalizada dessa região do Brasil, marcada por estigmas, preconceitos e estereótipos.

O protagonista deste debate, Nordeste em Prosa e Cordel, cumpre exatamente essa função. Ele nos convida a olhar para o regional não por meio de lentes hierarqui-

zantes ou classificatórias, mas pela perspectiva da diversidade – cultural, linguística, gastronômica, geográfica, paisagística e econômica.

A predominância da imagem de um Nordeste “atrasado e carente” esconde, na verdade, uma forma de xenofobia interna que atravessa a história brasileira, reforçada nos últimos anos pela ascensão de grupos e ideias neofascistas. Como não lembrar das respostas aos resultados das eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022? Em todas essas ocasiões, os candidatos à presidência representando a direita foram derrotados em todos os estados nordestinos. Nas redes sociais, proliferaram xingamentos e ofensas criminosas contra o chamado “voto nordestino”.

O livro nos leva a pensar o Nordeste como uma unidade contraditória, ampliando nossa percepção sobre os “quatro Nordestes” localizados em biomas distintos – Meio-Norte, Zona da Mata, Sertão e Agreste. Cada um molda modos de vida e tipos populares diversos: vaqueiros, jangadeiros, rendeiras, doceiras, benzedeiras, raizeiros, profetas da chuva, parteiras e tantos outros. São construtores de civilizações do açúcar e do couro, desbravadores de sertões e litorais. Representam os insurgentes de Palmares, Balaiada, Cangaço, Canudos e Caldeirão.

O livro destaca a “marca da itinerância” e o “nomadismo” que atravessa nossa gente – característica que, na minha avaliação, nos ajuda a pensar os processos contemporâneos de reinvenção do Nordeste (ou dos “Nordestes”). Seja pela busca por aventura ou pela necessidade imposta por condições materiais adversas, essa retirância, ainda presente, reforça a resiliência singular do nordestino – e do cearense em particular – para enfrentar os desafios cotidianos e históricos, retroalimentados pelas desigualdades de todas as ordens. Ainda concentramos 47,9% da pobreza no Brasil, e 14,2% da população acima de 15 anos está em situação de analfabetismo – o dobro da média nacional.

Concluo enaltecendo o caráter didático e, pelo menos para mim, inédito da obra. O formato híbrido, que combina escrita acadêmica e verso, torna a leitura leve e envolvente, sem perder densidade ou rigor científico.

Este livro, sem dúvida, é um rico material para ser utilizado tanto na educação básica quanto no ensino superior. Pretendo, inclusive, incorporá-lo à minha disciplina de Sociologia da Educação. Espero que vocês também se encantem com Nordeste em Prosa e Cordel.

Dicas de Leitura II



O Ceará amazônico de Mário de Andrade

MARQUES, R. O Ceará amazônico de Mário de Andrade. Fortaleza (CE): Editora Senac Ceará; Fundação Waldemar Alcântara, 2025. 120 páginas

Por Fernando Macedo*

Este livro do professor Rodrigo Marques é uma importante contribuição para os estudos sobre a diversidade cultural e regional brasileira e se insere no rol das obras que tratam de um dos temas mais caros para o pensamento social do país: os dilemas da nossa formação. E o faz voltando à década de 1920, quando a efervescência das artes ocupava corações e mentes dos modernistas na busca para saber que povo nós somos, ou, ainda, onde está nossa nacionalidade? Para nos libertar do passado colonizado e construir um futuro autodeterminado, projetar a nossa identidade autenticamente nacional estava na ordem do dia.

Mário de Andrade foi dos que mais procurou essa resposta. Peregrinou o Brasil para melhor entendê-lo. E de uma dessas viagens, para a Amazônia, com passagem rápida por Fortaleza, registrada em seu livro *O turista aprendiz*, Rodrigo recolheu o argumento para tratar da cantoria nordestina e de sua mobilidade no território. Se o objetivo de Mário era abrasileirar-se, especialmente sendo de um estado já contaminado pelo avanço do capitalismo internacionalizado, a cantoria e a poesia nordestinas tinham muito a dizer.

O Brasil ainda não estava integrado territorialmente; portanto, antes das conexões dadas pelos meios de transporte e pela indústria, as regiões estavam isoladas, pouco se relacionavam. Conhecer e apresentar as culturas regionais para o Brasil e para

o mundo se fazia uma necessidade para não ficarem presas apenas aos seus espaços territoriais isolados. Tal conhecimento era, acima de tudo, condição para construir uma identidade nacional a partir de dentro. Foi o que Mário tentou fazer.

Os migrantes nordestinos fizeram isso antes da integração do mercado nacional, porque andavam pelo território para trabalhar, e junto do trabalho iam com eles a poesia e a cantoria. Desse modo, acabavam valorizando a riqueza cultural da sua região de origem, bem como a da região que os recebia. As pelejas resgatadas por Rodrigo são verdadeiros embates culturais entre os nativos da Amazônia e os migrantes que a ela chegam. Esse embate de duas regiões antes isoladas criava uma nova camada na cultura nacional ao fundir duas culturas genuinamente regionais, abasileirando-as.

Desgeografizar o Brasil, ideia de Mário que Rodrigo recupera, seria romper os limites das regiões antes isoladas para construir uma unidade nacional. Paradoxalmente essa desgeografização só seria possível pela geografização levada ao limite. As regiões se valorizariam como parte de uma totalidade nacional e não como flores exóticas de um país territorialmente continental, mas já dominando economicamente pelo Centro-Sul, que desde o advento da Corte no Rio de Janeiro e do café em São Paulo se estrangeirizava.

Outro cearense, Capistrano de Abreu, nos explicou o papel da Civilização do Couro, a qual emerge das patas dos bois que abriram caminhos e trilhas Brasil adentro. O boi, assim como os nordestinos, andou pelo território construindo uma nova cartografia, que possibilitaria o encontro de culturas regionais e, a partir delas, a construção de uma identidade nacional pela valorização de nossa diversidade.

O boi teve papel também importante justamente porque fez as culturas regionais se encontrarem. Desgeografização, portanto, é geografização levada ao limite, porque esse confronto de culturas regionais se dá pela valorização de cada uma delas. O migrante sempre potencializa seus valores culturais quando migra; o vaqueiro sempre lembra da sua terra como a melhor. Em comum, além da peregrinação, a viola e a poesia que os acompanham. A fusão dos ativos locais (ou seja, das geografias locais) leva a uma desgeografização, criando uma nova geografização nacional, cujos mapas das cantorias é o resumo artisticamente mais bem acabado. O todo se une, e as partes se

articulam a ele, modificadas, mas ainda com características próprias. É disso que Rodrigo trata. Uma leitura obrigatória para nós que trabalhamos com a diversidade regional brasileira.

*Texto publicado originalmente na orelha do livro.

Crônica Regional

Chove aqui, chove ali, não chove acolá.



Rodrigo Marques

Professor da Universidade Estadual do Ceará, atua no curso de Letras do Campus de Quixadá (FECLESC). Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará (2015) e Pós Doutor em Literatura Comparada pela USP. Editor da Aluá Edições. Possui sete livros publicados entre obras de literatura e teoria literária. Coordena o projeto mapeamento dos Cordelistas do sertão Central Cearense. E-mail: rodrigo.marques@uece.br

Todos os anos, um pouco antes da quadra chuvosa, na boca do verão, já em anúncio de chuvas, ou de outro modo, nas primeiras águas do inverno (que aqui chamamos o verão de inverno - por ser mais frio), a cidade de Quixadá recebe os profetas e profetizas da chuva “Um pouco de fé, de poesia e de sonho”, como resumiu o profeta e poeta Francisco Moraes sobre o seu ofício de meteorologista sertanejo.

Neste ano de 2025, assisti, no auditório do Instituto Federal do Ceará, à 29ª edição do evento, que recebeu os olhares dos políticos, das autoridades, dos moradores curiosos e de toda a gente interessadas no porvir chuvoso ou seco, ainda mais quando a visão de “futuro” atual se haure em queimadas e em conclusões científicas pessimistas, ante à tragédia ambiental que alimentamos cotidianamente com nosso padrão de consumo.

O evento contou com mais de trinta participantes. Para se ter uma ideia, uma van inteira de profetas do Piauí veio se juntar aos cearenses no prestigiado evento. A cada participante, estavam destinados poucos minutos de fala. A dinâmica consistia em ler as atas do encontro passado e com isso aferir se o profeta acertara ou não na previsão anterior, para logo em seguida proferir uma nova sentença, válida até o próximo ano. Uma liturgia própria, inspirada nos rituais católicos, se anunciava e se desenrolava à medida que o microfone era tomado por uma voz oracular, geralmente idosa, passada de 70 janeiros, como se diz.

No centro de cada anúncio, a Natureza se apresentava como um livro, como se a Vontade de Deus e a das Estações estivessem ali gravadas nos seres e no tempo. O alfabeto, a sintaxe, os significados, os signos todos foram aprendidos através da ancestralidade e não dos bancos escolares. Com paciência, para uma audiência atenta, os profetas “traduziam”, para o vernáculo de Camões, o “Idioma universal da Natureza”, invertendo o senso comum de que o Sertão é o espaço da oralidade e não da escrita, pois no Sertão até o movimento das formigas pode ser um texto. As traduções se convertiam, como em todo discurso profético, em revelações poéticas. Foi por isso que Renato Lino justificou a razão de ter errado a profecia do ano anterior: “o porquê eu me perdi no meio dos astros e dos ventos, fiado que estive no balanço do Cruzeiro do Sul, me enganei”. A cada fala, um verso, a cada verso, um destino, o Sertão de Guimarães Rosa naquele auditório iluminado a led e refrigerado por uma central de ar: “a experiência do relâmpago, eu presencio os relâmpagos”; “fevereiro entrega março ou molhado, ou chovendo”; “quando as borboletas demoram a pousar é bom inverno”; “o barulho que as rãs fazem, imitando raspar o tacho”; “é importante o vento da noite e o silêncio da madrugada”; “senti os pássaros no meu próprio corpo”; “pelo menos as formigas, estão botando de fora pra dentro”; “a lua que pendeu lá do Norte”; “chove aqui, chove ali, não chove acolá” - sentenciam.

A manutenção desse saber se aloja, por óbvio, no trabalho da agricultura familiar, é no trabalho com a terra e num trabalho digno e coletivo que mora este Ser poético. A mecanização do campo, a racionalidade técnica em prol da exploração máxima da natureza não nos retiram só o futuro e a biodiversidade, mas a própria poesia do presente, massacrando os sentidos da vida mesma. Enfim, a nós, que pretendemos realizar ciência, podemos encontrar, nos Profetas da Chuva, os caminhos epistemológicos para trilhar a economia, a sociologia e a poética como uma forma de resistência.

PIB na cesta básica



Silva Berros

Artista visual, ilustrador e gravurista. Já ilustrou diversas capas de CDs e de livros. Participou de formações nas áreas da literatura popular e da gravura como instrutor pelo SESC Quixeramobim, pela Casa de Saberes Cego Aderaldo, pela Casa de Antônio Conselheiro e pelo Porto Iracema das Artes, no projeto aBarca. Atualmente, é Diretor de Arte na Aluá Editora.



Referências

ALVES, A. M. **Políticas de desenvolvimento regional e rede de cidades no Semiárido: concentração, polarização e fragmentação**. 2017. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ARAÚJO, J. B. de. **Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro nos anos 2000**. 2017. 319 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ASA – ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **História**. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. **Nordeste 2022: estudos prospectivos**. Fortaleza: BNB, 2014.

BRASIL. **Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7827.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.827%2C%20DE%2027%20DE%20SETEM%20BRO%20DE%201989&text=159%2C%20inciso%20I%2C%20al%C3%ADnea%20c,F%20CO%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 20 jan. 2025.

CARVALHO, C. P. de O. **O novo padrão de crescimento no Nordeste Semiárido**. Revista Econômica do Nordeste, v. 45, n. 3, p. 160-184, 2014.

CARVALHO, O. de. **O bioma caatinga e outros territórios frágeis do Nordeste: progressos e desafios**. Ponta Grossa: Atena, 2023.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FUSCO, W. **Dinâmica migratória no Nordeste brasileiro: mudanças e continuidades**. In: BRASA XII, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320710992_Dinamica_Migratoria_no_Nordeste_brasileiro_mudancas_e_continuidades. Acesso em: 20 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 18 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Censo Demográfico de 2022**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. Acesso em: 26 jan. 2025.

NUNES, E. de S.; SILVA, J. G. da; QUEIROZ, S. N. de. **Migração inter-regional no Brasil: o que há de novo?** Revista de Desenvolvimento Econômico, ano XIX, v. 2, n. 37, p. 388-407, 2017.

PORTO, L. P. **A dinâmica urbano-regional do Nordeste brasileiro pós-1990: interdependência**

entre as redes de cidades e a estrutura produtiva. 2023. 257 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

SANTOS, C. C. M. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 385-416, out. 2016/jan. 2017.

SILVA, J. M. C. da; LEAL, I. R.; TABARELLI, M. **Caatinga: The Largest Tropical Dry Forest Region in South America.** Springer, 2017.

SOARES, Z. A. B. **Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do Bico do Papagaio – Tocantins: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

VENÂNCIO, M.; CHELOTI, M. C. **A construção da barragem de lajeado no rio Tocantins e o programa de compensação ambiental Xerente: a precarização do território indígena Akwẽ-Xerente.** Campo Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 16, n. 40, p. 409-438, abr. 2022.

